



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM LETRAS

Cinthia de Lima Neves

**ALTERNÂNCIA DE CÓDIGO EM NARRATIVAS ORAIS DO POVO
PARKATÊJÊ: ASPECTOS LINGUÍSTICOS DO CONTATO COM O
PORTUGUÊS**

Belém
2012

CINTHIA DE LIMA NEVES

**ALTERNÂNCIA DE CÓDIGO EM NARRATIVAS ORAIS DO POVO
PARKATÊJÊ: ASPECTOS LINGÜÍSTICOS DO CONTATO COM O
PORTUGUÊS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Curso de Mestrado em Letras da
Universidade Federal do Pará, como
requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em Estudos Linguísticos.

Orientadora:
Prof.^a Dr.^a Marília Ferreira

Belém
2012

CINTHIA DE LIMA NEVES

**ALTERNÂNCIA DE CÓDIGO EM NARRATIVAS ORAIS DO POVO
PARKATÊJÊ: ASPECTOS LINGUÍSTICOS DO CONTATO COM O
PORTUGUÊS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Curso de Mestrado em Letras da
Universidade Federal do Pará, como
requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em Estudos Linguísticos.

Orientadora:
Prof.^a Dr.^a Marília Ferreira

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Marília Ferreira
Orientadora

Prof. Dr. Dante Lucchesi

Profa. Dra. Carmen Rodrigues

Belém
2012

Ao povo Parkatêjê, em especial a seu chefe Krôhôkrenhum por seu exemplo de luta e resistência.

À Marília Ferreira, minha orientadora e conselheira, por satisfazer minhas vontades, impondo-me limites e conduzindo minhas escolhas, minhas atenções, meu crescimento e minha evolução.

Nas situações de contato entre línguas, "dialetos", variedades - seja qual for a situação: bilíngüe, plurilíngüe, bidialetal, multidialetal, diglósica, de *code-switching* -, algumas vezes uma das línguas, um dos "dialetos", uma das variedades pode morrer. À medida que se extingue, é falada por um grupo cada vez menor de pessoas, até se tornar língua-mãe, "dialeto"-pai, variedade-mãe de ninguém. É como se se apagasse o último facho de luz; a estrela que se põe; a lua que se esconde para sempre; o pavio de vela que se consome. A morte é velada e não há falantes carpideiros para chorá-la.

Fernando Tarallo & Tânia Alkmin

RESUMO

“Mistura irregular de dois sistemas distintos” (Labov, 1971, p. 457). A afirmação de Labov reflete o que durante décadas se pensou sobre um comportamento linguístico comum a falantes bilíngues: a alternância de código (ou code-switching). Esse fenômeno, que se caracteriza pela mudança de uma língua para outra sem haver mudança de tópico ou falante, é, no entanto, sistematicamente organizado e está sujeito a restrições gramaticais, ocorrendo em pontos específicos e recorrentes nas sentenças, não de maneira aleatória. Um dos modelos teóricos frequentemente usados para dar conta da gramaticalidade do code-switching é o proposto por Poplack (1978/1881), que sugere duas restrições ao fenômeno: a “restrição morfema livre”, segundo a qual a alternância pode ocorrer após qualquer constituinte desde que não seja um morfema fixo; e a “restrição de equivalência”, que prevê a ocorrência em pontos onde elementos de ambas as línguas são equivalentes, para não haver violação de regras sintáticas das línguas envolvidas. Este trabalho apresenta a aplicação desse modelo à análise descritiva de alternância de código entre português e parkatêjê, língua Timbira falada no sudeste do Pará. Os dados que embasam este estudo são histórias tradicionais do povo, coletadas entre os anos de 2008 e 2011, nas quais é possível encontrar diversas ocorrências do fenômeno.

ABSTRACT

“Irregular mixture of two distinct systems” (Labov, 1971, p. 457). This affirmation reflects what has been thought for decades about a linguistic behavior common in bilingual speakers: code-switching. This phenomenon, characterized by the change from one language to another without any change of topic or speaker, is, however, systematically organized and is subject to grammatical constraints, occurring at specific points and repeated in sentences, it is not random. One of the commonly used theoretical models to account for the grammaticality of code-switching has been proposed by Poplack (1978/1881), which suggests two constraints on the phenomenon: the “free morpheme constraint”, whereby the switch can occur after any constituent unless it is a fixed morpheme, and the “equivalence constraint”, which predicts the occurrence at points where the elements of both languages are equivalent, so there is no violation of syntactic rules of languages involved. This study presents the application of this model to a descriptive analysis of code-switching between Portuguese and Parkatêjê, a Timbira language spoken in southeastern of Pará. The data that support this study are traditional stories of the people, collected between the years 2008 and 2011, in which we can find many instances of the phenomenon.

FIGURAS, TABELAS E QUADROS

Fig. 1	Mapa de localização do povo Parkatêjê	12
Fig. 2	Esquema de escolha linguística e code-switching	31
Fig. 3	Representação da gramática da alternância de código.....	73
Tabela 1	Número de ocorrências de alternância de código nos constituintes.....	75
Quadro 1:	Quadro fonético das vogais Parkatêjê.....	18
Quadro 2:	Quadro fonético das consoantes Parkatêjê.....	18
Quadro 3:	Vogais das línguas Timbira segundo Alves (2004).....	19
Quadro 4:	Consoantes das línguas Timbira segundo Alves (2004).....	19
Quadro 5:	Principais modelos de restrição para alternância entre inglês e espanhol...	64

SÍMBOLOS

- **Ortografia da língua parkatêjê**

i /i/

ê /e/

e /ɛ/

y /i/

`y /ə/

à /ɜ/

a /a/

u /u/

ô /o/

o /ɔ/

p /p/

t /t/

x /tʃ/

k /k/

h /ʔ/

h /h/

m /m/

n /n/

w /w/

j /y/

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1. Parkatêjê: considerações sobre o povo e a língua	12
2. Contato com o português: o passado e o presente	14
3. Características gerais em relação ao Complexo Dialetal Timbira	18
4. Condições de pesquisa	20
4.1 Coleta de dados	21
4.2 Auxiliares	22
4.3 Apresentação dos dados no trabalho	22
4.4. Estrutura do trabalho	23

LÍNGUAS *IN CONTACT*

2.1 O que é contato linguístico?	24
2.2 Consequências do contato linguístico	26
2.2.1 Bilinguismo	26
2.2.2 Alternância de código	30
2.2.3 Empréstimo	33
2.2.4 Morte	36

POR QUE OS BILÍNGUES ALTERNAM OS CÓDIGOS?: ABORDAGENS SÓCIO-PRAGMÁTICAS DA ALTERNÂNCIA DE CÓDIGO

3.1 Principais modelos da abordagem sócio-pragmática	40
3.1.1 A abordagem de Gumperz (1982)	40
3.1.2 O modelo funcional de Appel e Muysken (1987)	44
3.1.3 O Modelo de Marcação de Myers-Scotton	48
3.2 As motivações propostas por Grosjean (1982)	51
3.2.1 As outras razões de Grosjean (1982)	56

ALTERNÂNCIA DE CÓDIGO NAS NARRATIVAS PARKATÊJÊ: ONDE AS TROCAS OCORREM

4.1 Tipos de alternância de código	61
4.2 Restrição de Morfema Livre	65
4.3 Restrição de Equivalência	72
4.4 Segmentos alternados em parkatêjê	74
4.4.1 Alternância em fronteiras de constituintes	75
4.4.2 Alternância dentro dos constituintes	78

CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS	

Introdução

1. Parkatêjê: considerações sobre o povo e a língua

A língua Parkatêjê pertence à maior família linguística do grupo Macro-Jê, a família Jê. Juntamente com outras línguas (Krahô, Krinkati, Apaniekrá-Canela, Ramkokamekrá-Canela, Pykobjê-Gavião, Krenjê e Apinajé) forma um grupo de línguas inteligíveis entre si em diferentes graus denominado “Complexo Dialetal Timbira” (Rodrigues, 1986). Além de aspectos linguísticos, fonético-fonológicos e sintáticos, esses povos compartilham características culturais: a disposição das casas em forma circular na aldeia e o costume de realizar a corrida de toras, por exemplo.

Atualmente, o Parkatêjê é falado por aproximadamente 10% de uma população de 478 pessoas¹ residentes na Terra Indígena Mãe Maria, localizada a 30 Km do sul de Marabá, às margens da BR-222, sudeste do Pará.



Mapa 1: Localização do território parkatêjê. Fonte: <http://maps.google.com.br>

O grupo hoje conhecido como Gavião Parkatêjê (ou Gavião do Pará) é composto por remanescentes de três grupos que viveram na região do sudeste do Pará e do Maranhão: Rôhokatêjê, grupo do cocal; Akrâtikatêjê, povo da serra; e Kyikatêjê, turma do Maranhão², por ter vivido às proximidades da cidade de Imperatriz:

1 Dados do Posto de Saúde da Comunidade apresentados em Krôhokrenhum Jôpaipaire (2011, p. 97).

2 Outro povo Timbira é conhecido por Gavião do Maranhão (Gavião Pykobjê). No caso dos Kyikatêjê é uma referência ao lugar em que este grupo se refugiou.

“E todo mundo era uma turma só – depois é que teve briga e espalhou: uma turma ficou no Tucuruí, outra turma correu pro Maranhão. Mas primeiro era tudo junto, cada um na sua aldeia, tudo por aqui – do Moju, até a serra, na cabeceira do Jacundá.”
(Krôhokrenhum Jôpaipaire, 2011, p. 75)

Em comunicação pessoal com a autora desta dissertação, o chefe Krôhokrenhum Parkatêjê explicou que essa primeira separação deu origem aos grupos Rôhokatêjê e Kyikatêjê. Uma nova cisão dentro do primeiro grupo originou o “grupo da serra”, Akrâtikatêjê. Os Rôhokatêjê e os Akrâtikatêjê se encontravam na jusante do rio Tocantins, por isso eram chamados de Parkatêjê (grupo de baixo) pelos Kyikatêjê, que estavam na montante do rio. De acordo com Ferraz (1993 apud FERREIRA 2003, p. 21) esses grupos se uniram novamente nos anos de 1970, quando os Kyikatêjê foram levados pela FUNAI para trabalhar com os parkatêjê.

Segundo Araújo (1989, p.9), até 1980 o povo estava dividido em duas aldeias,

“uma sede, às margens da estrada, conhecida como ‘turma do 30’, por estar a Sede localizada no km 30 da Rodovia PA 70 (...); a outra aldeia, dos ‘maranhão’ ou kyikatêjê, ficava a cerca de 4 km da primeira.”
(Araújo, 1989, p. 9)

A situação sociocultural dos dois povos era diferente devido ao tempo de contato e localização de suas aldeias. Por influência e imposição dos funcionários do Posto Indígena, o grupo do trinta adotou usos e costumes dos não-índios, deixando os costumes tradicionais, entre eles a língua indígena.

Em 1980, com a morte do último chefe do “grupo do Maranhão”, o grupo do 30 e o grupo kyjkatêjê se juntaram sob o comando do chefe Krôhokrenhum, ainda hoje líder parkatêjê. Reunião que, para Araújo, recuperou o “sistema de metades rituais”; a partir desse momento os gavião voltaram a relembrar as festas antigas: em 1981, depois de mais de vinte anos, a “Festa do Wakmere” recomeçou.

Embora tenha havido casamentos entre os membros dos grupos, o povo Kyikatêjê, desde 2001, vive no km 25 da mesma rodovia em que estão localizados os Parkatêjê.

Muitas são as discussões acadêmicas e sociais quanto à língua desses povos: seriam Parkatêjê e Kyikatêjê variantes de uma mesma língua ou línguas próximas? Considerando que se esses dois povos viveram juntos, falando duas línguas distintas e inteligíveis entre si, deve-se ter em conta

“a percepção que os próprios falantes têm de sua língua e ressaltar o esforço contínuo que tem havido entre esses povos quanto ao fortalecimento de uma unidade cultural, a qual passa, sem dúvida, pela unidade linguística (...)”.

Falantes de uma mesma língua ou não, esses povos detêm a tradição de narrativas orais que, segundo Ferreira (2010), apresentam uma estrutura básica “composta de um início, um meio e um fim”; são histórias míticas ou autobiográficas que ainda são repassadas de geração a geração. As histórias são contadas de modo a combinar gestos, expressões, repetições, rimas, entonações e, nas narrativas parkatêjê, alternância de código, uma troca rápida e significativa para o português.

As trocas de uma língua para outra, encontradas nas narrativas parkatêjê contadas pelo chefe Krôhokrenhum, são o objeto de estudo desta dissertação, na qual as alternâncias são descritas e analisadas com base em teorias que tratam da sistematicidade do fenômeno.

A próxima sessão reconta a trajetória dos parkatêjê a partir do contato com o mundo não-índio; aproximação que deixou marcas como a que este trabalho se propõe a apresentar.

2. Contato com o português: o passado e o presente

Segundo Araújo (1989, p. 8), o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) contactou o primeiro grupo de índios gavião (Rôhokatêjê) em 1956, ano em que as terras onde se encontram foram por eles ocupadas e até 1976 o território era conhecido por “Posto Indígena Mãe Maria”. Esse contato foi inevitável, pois foi “a única possibilidade de sobrevivência física para os componentes do grupo do Cocal, localizado, então nas cabeceiras do rio Praia Alta, no município de Itupiranga” (Ferraz, 1993 apud Ferreira, 2003, p. 20).

Nesse momento, relata o chefe Krôhokrenhum, “parece que tinha cinquenta famílias na aldeia do Praiaalto (...). Foi quando, de repente, apareceu a doença. Foi muito ruim. Morreram todos, e nós diminuimos de novo”, restando não mais que vinte pessoas. Crianças e adolescentes com idades entre cinco e dezesseis anos foram entregues a famílias em Itupiranga e em Marabá para que fossem tratados, dentre os quais estava uma das irmãs de Krôhokrenhum, Kwyikwyire, que relembra alguns momentos desse período no livro de memórias de seu irmão:

“dizem que eu estava barriguda, dizem que ela mesmo ficou com medo de eu não escapar, mas ela cuidou de mim, graças a Deus, e eu consegui escapar. (...) O meu pessoal sempre ia me visitar, levar as coisas, pra mim. Meu irmão, esse finado (Jôkorenhum), que morreu, ele sempre me visitou, sempre teve contato comigo; eles iam lá.”

Os primeiros anos de contato logo deixaram marcas nos aspectos culturais desse povo. Por influência e imposição dos funcionários do Posto, o grupo do trinta adotou usos e costumes dos não-índios, deixando os costumes tradicionais:

“os homens eram instigados a cortar os cabelos à moda nacional e o grupo proibido de fazer suas festas, pois precisavam trabalhar oito horas por dia em suas roças, a fim de fugir à pecha de índio preguiçoso, ‘como quando estavam no mato’”.

(Araújo, 1989, p. 11)

Em muitos aspectos o grupo deixou seus costumes. Por exemplo, as crianças deixaram de ser batizadas com nomes gavião ou, quando o recebiam, vinham acompanhados de nomes não-índios, sendo chamadas por esses; muitos adultos atualmente são conhecidos por seus nomes *kupê*.³

A situação encontrada por Araújo em 1974, quando iniciou seu trabalho de pesquisa linguística com os Gavião, era diferente entre os Parkatêjê e o grupo do Maranhão. Enquanto aqueles falavam majoritariamente o português, os Kyikatêjê se encontravam praticamente monolíngues na língua indígena.

A convivência dos parkatêjê com os não-índios foi inevitável. As terras parkatêjê constituem uma grande área de castanhais que por volta de 1920 começou a ser invadida. Anos depois, em 1967, a rodovia PA-70 (atual BR-222, rodovia em que residem) cruzou a Reserva Indígena Mãe Maria para ligar Marabá à BR-010 (Belém-Brasília). Dez anos depois, juntamente com a construção da PA-150, o Decreto 80.100 de 8/08/1977 autorizou a construção da linha de transmissão entre Marabá e Imperatriz, passando novamente pela reserva. Posteriormente, nos anos de 1980, com as obras da Usina Hidrelétrica de Tucuruí nas fundações, foram instaladas dentro da reserva torres de transmissão, que também atingiram os parkatêjê. Finalmente, no mesmo período, em 1985, foi criada a Estrada de Ferro Carajás, conectando as minas de ferro de Carajás/Pará ao Terminal Portuário de Ponta da Madeira/Maranhão.

Com a união dos dois grupos, em 1980, Parkatêjê e Kyikatêjê passaram a constituir a razão social “Comunidade Indígena Parkatêjê”, que assumiu o comando da atividade castanheira, com comercialização do produto, tornando os Gavião economicamente independentes.

3 O que não é índio.

O contato com o mundo *kupẽ* garantiu a sobrevivência do povo parkatêjê, permitiu a união dos grupos e os tornou independentes em termos econômicos. Entretanto, a língua portuguesa ocupou espaços cada vez maiores no grupo “depreciando o uso da língua tradicional, percebida como insuficiente para os novos relacionamentos que se estabeleciam” (Araújo, 2008). Interferências que ultrapassaram os nomes, pois “as crianças não estão mais aprendendo o Parkatêjê como sua primeira língua, mas sim o português. Isso coloca o Parkatêjê em uma situação de risco” (Ferreira, 2003, p. 22).

As mudanças na vida tradicional, que conseqüentemente fragilizaram a língua, iniciaram nos anos 80, segundo Araújo (2008), com uma

“agressão à língua, que vinha se dando pelo entorno, (...) pela presença de um aparelho de TV, que à noite, ligado por uma longa extensão a casa do chefe, era posto no centro do pátio (...), tradicional espaço de reunião dos velhos e fascinava crianças e adultos.

[...]

(...) ficavam fascinados com esse novo ‘contador de histórias’. Era forte instrumento de introdução da língua portuguesa.”

Mudanças linguísticas/estruturais também podem ser notadas na língua indígena, como a descentralização de vogais, a redução do léxico e a inserção/empréstimo de palavras do português. Ao descrever a variante étnica do português falada nessa comunidade, Ferreira (2005) exemplifica que, na fala da 2ª ou 3ª geração, vogais centrais como [ɨ] são produzidas na região posterior. Assim, termos como [katɨɪ] ‘vovó’ são pronunciados [katuɪ]. Da mesma forma, por assimilação e influência da língua portuguesa, o aspecto lexical sofreu alterações como a perda das especificações para o ato de comer. No parkatêjê eram, por exemplo, distintos o ato de comer carnes duras como veado (*kukrẽ*), comer frutos ou carnes macios como cupuaçu e peixe (*kuhõ*) e triturar os alimentos como castanha (*kãmxàr*). Todas essas formas foram substituídas por uma forma genérica - *kukrẽ* - tal como em português, no qual uma forma atende a todos os tipos de comida.

Em 2008, financiado pela *United States Agency for International Development (USAID)*, sob coordenação da Professora Doutora Marília Ferreira, o Projeto *Keeping the Talking Forests Alive: Documenting the Amazonian Oral Traditions* iniciou um trabalho de descrição e documentação de histórias orais tradicionais de línguas indígenas pesquisadas por professores da UFPA, dentre as quais a língua

Parkatêjê, por meio da gravação em áudio e vídeo, a fim de posteriormente elaborar material de cunho didático-pedagógico com base linguística que possa ser utilizado pela comunidade visando à manutenção e à revitalização da língua. As narrativas coletadas no período de execução do projeto, as quais recontam as tradições, os costumes e as chamadas leis indígenas foram narradas pelo chefe da comunidade, o Capitão Krôhokrenhum, e formam o *corpus* utilizado para a pesquisa apresentada neste trabalho.

Em um dos períodos reservados a viagens de campo para coleta de dados, o falecimento de um falante nativo deixou a comunidade de luto. Na ocasião, somente uma parte da população, constituída pelos indivíduos mais velhos, seguiu o ritual fúnebre marcado por um canto ao falecido, uma espécie de choro no qual são relatadas suas qualidades, seus feitos. Ficou evidente o pouquíssimo número de falantes da língua, bem como o desconhecimento da língua nativa que levava os mais jovens a chorarem como *kupê*. Então, diversas reuniões foram realizadas com os mais velhos da comunidade com o objetivo de encontrar soluções para o que era um problema para os parkatêjê: a necessidade urgente de se revitalizar a língua e a cultura do povo.

Nesse sentido, tendo a tecnologia como aliada, o projeto de documentação em áudio e vídeo foi uma das ações que motivaram esse povo a se movimentar em favor da manutenção da língua e da cultura.

No ano em que o projeto de narrativas chegava ao término, 2010, um novo projeto, agora financiado pela Companhia Vale do Rio Doce, pretendia recontar a história de vida do líder parkatêjê, um livro de memórias narrado por ele mesmo: *Mê ikwỳ tekjê ri*: isto pertence ao meu povo – Memórias de Toprãre Krôhokrenhum Parkatêjê. Em cento e noventa e seis páginas Krôhokrenhum reafirma sua identidade, deixando-a registrada para seu povo por meio da narração de episódios de sua vida em diferentes fases, da infância ao presente.

Para Araújo (2008), “quanto aos parkatêjê, é sua política lingüística interna – e adequado planejamento – que definirá a revitalização de sua língua.” Revitalização que dá seus primeiros passos com a realização de festas tradicionais como a do Pôhytetet (festa do milho verde) e com as crianças da comunidade aprendendo os cantos rituais que homenagearam o cacique no lançamento de seu livro.

Como já mencionado, a língua parkatêjê é componente do Complexo Dialetal Timbira; compartilha, portanto, características fonético/fonológicas, morfológicas e

sintáticas com outras línguas do complexo. Tais propriedades comuns são apresentadas brevemente na próxima seção.

3. Características gerais em relação ao Complexo Dialetal Timbira

O trabalho de Araújo (1977), intitulado *Semântica gerativa da língua gavião-jê*, apresenta para esta língua um quadro fonológico composto por vinte e sete fonemas, no qual as vogais (dezesesseis) predominam sobre as consoantes (onze), sistema semelhante aos de outras línguas do grupo.

As vogais se distribuem em 10 orais /i, e, ε, ĩ, ə, ɜ, a, u, o, ɔ/ e 6 nasais /ĩ, ê, ã, õ, ã, õ/, as quais na produção são distinguidas em quatro graus de altura – alto fechado, médio fechado, médio aberto e baixo aberto – e três pontos relativos à posição da língua – anterior, central e posterior, conforme pode ser observado no quadro abaixo:

	Anteriores		Centrais		Posteriores	
Altas fechadas	i	ĩ	ĩ	ĩ̃	u	ũ
Médias fechadas	e	ẽ	ə	ə̃	o	õ
Médias abertas	ε		ɜ		ɔ	
Baixas abertas			a			

Quadro 1 : Inventário fonológico das vogais Parkatêjê segundo Araújo (1977)

As consoantes se distribuem em oclusivas bilabial /p/, alveolar /t/, palatal /tʃ/, velar /k/ e glotal /ʔ/; nasais bilabial /m/ e alveolar /n/; líquida /r/; semiconsoantes bilabial /w/ e palatal /y/; e a semiconsoante glotal /h/:

	Bilabial	Alveolar	Palatal	Velar	Glotal
Oclusiva	p	t	tʃ	k	ʔ
Nasal	m	n			
Líquida		r			
Semiconsoante	w		y		h

Quadro 2: Inventário fonológico das consoantes Parkatêjê segundo Araújo (1977)

Sistemas nos quais há mais vogais do que consoantes, como o apresentado para a língua parkatêjê é típico de línguas da família Jê e, portanto, do Complexo Dialectal Timbira. O quadro apresentado por Alves (2004, p. 18) ilustra os sistemas das outras línguas que compõem o complexo, agrupadas por Alves (2004) em quatro subconjuntos – 1) Apinajé; 2) Parkatejê; 3) Apâniekrá, Ramkokamekrá, Krahô; e 4) Krinkati, Pykobjê – de acordo com as semelhanças entre elas:

Apinajé	Parkatejê	Apâniekrá/Ramkok/Krahô	Krinkati/Pykobjê
i ĩ ĩ ĩ̃ u ũ	i ĩ ɯ ũ u ũ	i ĩ ĩ ĩ̃ u ũ	i ĩ u
e ə o	ẽ ɣ õ	e ə o	e ẽ ə ã o õ
ɛ ê ɜ ẽ ɔ õ	ɛ ʌ ɔ	ɛ ê ɜ ɔ õ	
a ã	a ã	a ã	a

Quadro 3: Vogais das línguas Timbira segundo Alves (2004)

Apinajé	Parkatejê	Apâniekrá/Ramkok/Krahô	Krinkati/Pykobjê
p t tʃ k ʔ	p t tʃ k ʔ	p t tʃ k ʔ	p t tʃ k k ^{h4} ʔ ⁵
m n ɲ ŋ	m n	m n ɲ ŋ	m n
w r j	w r j h	w r j h	w r j h

Quadro 4: Consoantes das línguas Timbira segundo Alves (2004)

Segundo Ferreira (2003, p. 36), outros aspectos comuns em línguas Jê como a ordem básica dos constituintes em orações independentes (Sujeito-Objeto-Verbo) e a ocorrência de prefixos relacionais são recorrentes em Parkatêjê.

Quanto à morfologia, a língua apresenta no geral: a) distinção entre classes abertas (nomes, advérbios e verbos) e classes fechadas (as demais classes). Os nomes podem se distinguir em termos de posse, não-possuíveis (elementos relacionados a nomes próprios, de plantas ou fenômenos da natureza) e possuíveis, estes últimos se subdividindo em alienavelmente (objetos da cultura material) e inalienavelmente possuídos (parentesco, partes do corpo ou de um todo). b) os pronomes constituem basicamente duas categorias: livres e dependentes. c) os verbos intransitivos se subclassificam em classes distintas dependendo de critérios morfosintáticos e semânticos. Da perspectiva semântica são de duas naturezas, descritivos ou ativos, que constituem o núcleo da locução verbal ocupando a posição final da oração. A essa distinção semântica correlaciona-se a distinção morfosintaticamente em que os verbos

descritivos ocorrem com pronomes dependentes e os verbos ativos com pronomes livres. Os verbos transitivos são semanticamente ativos, de argumentos nucleares A (sujeito) e O (objeto).

No que diz respeito à sintaxe, as construções são do tipo Sujeito-Predicado, permitindo topicalização do objeto que pode alterar a ordem canônica Sujeito-Objeto-Verbo, levando o objeto para a primeira posição na sentença.

4. Condições de pesquisa

A autora deste trabalho iniciou sua pesquisa com a língua parkatêjê ainda como aluna de graduação desta instituição, em 2007, orientada pela Professora Doutora Marília Ferreira.

O primeiro trabalho como bolsista CNPq vinculada ao PIBIC se deu no âmbito dos sons da língua. Tratou-se de uma análise acústica preliminar das vogais centrais em palavras isoladas coletadas pela professora desde 2000.

Em 2008, no segundo período de bolsa, com um novo plano de trabalho, empreendeu a primeira viagem de campo à comunidade, permanecendo em campo por aproximadamente onze dias. Naquela ocasião começava os estudos com narrativas tradicionais. Durante a viagem foi treinada em diferentes aspectos: 1) viver com a comunidade; 2) usar equipamentos de coleta; 3) coletar os dados; e 4) transcrever o material coletado.

O primeiro trabalho resultante do período de 2008, intitulado “Análise de um texto da língua parkatêjê: gravação e transcrição de dados”, foi apresentado no XX Seminário de Iniciação Científica, tendo sido avaliado como o Melhor Trabalho de Iniciação Científica da área de Linguística em 2009. Em seu último período como aluna de IC, desenvolveu paralelamente ao trabalho com narrativas seu Trabalho de Conclusão de Curso, que versou sobre vogais orais da língua, no qual analisou o sistema desses sons por meio da análise acústica. A aparente incompatibilidade dos temas dos dois trabalhos se deveu às inquietações que surgiram no momento da transcrição dos textos quanto à distinção de alguns fonemas.

Trabalhando com a Professora Marília passou a compor, como voluntária, equipes de projetos que envolviam a comunidade. Dada a boa adaptação e a necessidade de novas viagens, ainda como membro do projeto financiado pela embaixada americana realizou novas visitas: a) vinte dias em setembro de 2009; b) onze dias em janeiro de 2010; c) dez dias em julho de 2010; d) dez dias em novembro de 2010; e) treze dias em

janeiro de 2011; f) sete dias em outubro de 2011; e uma mais recente e mais curta, três dias, para o lançamento do livro em dezembro de 2011.

O envolvente trabalho com a tecnologia originou um documentário intitulado “Dois Mundos, Duas Línguas”, a ser lançado pela Pró-Reitoria de Extensão este ano. Idealizado pela Professora Marília, o projeto recebeu o Prêmio PROEX de Arte e Cultura em 2010 na categoria audiovisual para retratar em aproximadamente quinze minutos o cotidiano dos parkatêjê.

O interesse pelos estudos sobre a alternância de código surgiu com o convite da orientadora, Professora Marília Ferreira, em março de 2010, para uma análise do fenômeno encontrado nas narrativas coletadas. Esse primeiro estudo resultou em um artigo sobre o tema na língua: Me kampa aprente kam: alternância de código em Parkatêjê, publicado na Revista PAPIA em março de 2011.

A fim de aprofundar os estudos nessa área, novamente por sugestão da orientadora, submeteu-se à seleção de mestrado voltado à alternância de código.

Para realização das viagens de campo contou com financiamento da USAID e, a partir de março de 2011, da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) com a concessão de uma bolsa de estudos.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa é apresentada na próxima seção, com uma breve descrição dos passos seguidos desde a coleta até a seleção dos dados.

4.1. Coleta de dados

Como mencionado anteriormente, os dados que serviram de base para esta pesquisa foram coletados no âmbito de um projeto para documentação de histórias em áudio e vídeo, nas quais foram encontradas ocorrências de alternância entre parkatêjê e português.

Com o auxílio de uma câmera de vídeo e um microfone de mão, as gravações das narrativas ocorriam na casa do informante principal, a partir das três horas da tarde – horário em que há silêncio e boa iluminação; nas primeiras narrativas coletadas as gravações foram executadas às três horas da manhã, quando o motor de óleo que gera energia elétrica ficava desligado e contava-se apenas com uma fogueira para fornecer calor e proteção contra insetos e outros bichos, além de iluminação.

As narrativas coletadas foram transcritas com o auxílio do próprio nativo, neste caso, o chefe dos parkatêjê. Utilizando-se o programa computacional Audacity, o áudio

da narrativa coletada foi extraído a fim de facilitar a visualização do espectrograma de fala, facilitando a seleção dos trechos, que eram ouvidos pelo auxiliar de pesquisa e, em seguida, pronunciados lentamente por ele como garantia de fidelidade da narrativa. Ao mesmo tempo, era feita a tradução para a língua portuguesa.

Após a etapa de transcrição, os dados foram digitalizados e deverão compor uma base de dados de textos interlinearizados seguindo uma metodologia da linguística de corpus.

As narrativas coletadas já transcritas e traduzidas totalizam quatro textos, que duram entre quinze e trinta e cinco minutos. Os trechos analisados, nos quais ocorre o uso de duas línguas, foram extraídos dessas histórias, dada a dificuldade de transcrição e tradução sem o auxílio de um falante.

4.2. Auxiliares

As histórias que compõem o corpus foram narradas pelo chefe Krôhôkrenhum Parkatêjê visto que é o mais velho da comunidade, considerado, portanto, conhecedor inquestionável das tradições.

Capitão é um falante fluente de Parkatêjê que tem aproximadamente 90 anos. Aprendeu a língua portuguesa depois de ter estabelecido as bases lingüísticas de sua língua materna, falando o português com traços da língua indígena – não produção da fricativa labiodental surda, por exemplo, substituindo-a pelo que há mais próximo na sua língua, a oclusiva bilabial surda.

Outros falantes nativos como a esposa mais velha do chefe, Pôjarêtêti (que deve ter pouco mais de 60 anos), e o professor da comunidade, Piare (com aproximadamente 60 anos), auxiliaram a pesquisa em alguns momentos em que a transcrição dos dados não correspondia ao que estava sendo proferido. Então, estes ouviam o trecho da história e a tradução, confirmando a versão já transcrita ou dando uma nova sentença.

4.3. Apresentação dos dados no trabalho

Os dados selecionados foram divididos em três categorias/tipos definidos por Poplack (1978/1981): alternâncias de *tags*, alternâncias intersentenciais e alternâncias intrasentenciais.

Os trechos são apresentados em duas línguas, que correspondem ao que foi produzido pelo falante e à tradução para o português dada pelo próprio nativo.

4.4. Estrutura do trabalho

Este trabalho está organizado em três capítulos, além da introdução, que faz uma breve contextualização do ambiente em que a pesquisa foi realizada, e das considerações finais.

O capítulo sugestivamente intitulado “*Línguas in contact*” se propõe a apresentar os fenômenos mais comuns do contato de línguas, a saber: o bilinguismo, a alternância de código, o empréstimo e a morte de línguas.

No segundo capítulo são expostas as principais teorias que dão conta das motivações sócio-pragmáticas que levam bilíngues a alternar os códigos. Com base em um dos modelos expostos, Grosjean (1982), são apresentadas algumas razões para os casos de alternância encontrados nas narrativas que constituem o corpus deste trabalho.

O terceiro capítulo se dedica exclusivamente à alternância de código, apontando alguns modelos que dão conta da sistematicidade do fenômeno. Nesta seção são apresentados os tipos de alternância encontrados nas narrativas parkatêjê selecionadas para este trabalho, classificadas de acordo com os estudos de Poplack (1981).

No último capítulo, dedicado às considerações finais, são retomadas as conclusões apresentadas nos terceiro e quarto capítulos deste. Ressalta-se nesse capítulo a importância deste estudo para o estudo do parkatêjê e das línguas Timbira, Jê e Macro-jê de modo geral.

Por fim, são apresentadas as referências bibliográficas utilizadas na construção desta dissertação.

As observações e conclusões estabelecidas aqui são de responsabilidade da autora deste trabalho.

Línguas in contact

2.1 O que é contato linguístico?

Segundo Thomason (2001, p. 11), desde o início da humanidade, ou muito perto disso, tão logo os humanos falaram mais de um idioma, as línguas estão em contato, não havendo evidências de que algum sistema tenha se desenvolvido isoladamente, independente de outros.

Este capítulo se propõe a apresentar uma breve e simples definição para o termo “contato linguístico”, destacando, além da alternância de código, algumas consequências que estão mais diretamente relacionados ao fenômeno foco deste trabalho: o bilinguismo, condição *sine qua non* para a ocorrência de alternâncias; empréstimo, que, junto com a alternância, constitui um “problema de transição” nos estudos sobre contato por não haver ainda consenso sobre a distinção entre os dois termos; e morte linguística, na qual, como será visto, a alternância está envolvida.

Em sua definição mais simples, “contato linguístico” é o uso de mais de uma língua no mesmo tempo e no mesmo lugar (Thomason, 2001). Contato, segundo Crystal (2006) é

“um termo utilizado na sociolinguística para se referir a uma situação de continuidade geográfica ou íntima proximidade social (e desta forma de influência mútua) entre línguas e dialetos. (...) em um sentido restrito, diz-se que as línguas estão “em contato” se elas são usadas alternadamente pelas mesmas pessoas, isto é, bilíngues”.

(Crystal, 2006, p. 102)

A definição simples do Thomason é, no entanto, “implicitamente falha” como a própria autora ressalta, pois os falantes das línguas envolvidas no contato não necessariamente estão no mesmo lugar, vide as línguas de textos sagrados e outros textos escritos conectados com a maioria das línguas do mundo, principalmente na língua inglesa.

Embora existam casos como o de difusão do inglês além das fronteiras de nações falantes da língua, o fenômeno geralmente envolve interações face a face entre um grupo de indivíduos. E ainda que não se requeira bilinguismo e/ou multilinguismo fluentes, é necessário certo grau de comunicação entre os falantes das línguas envolvidas.

Qualquer que seja a perspectiva, as definições para o termo incluem três elementos básicos: as línguas (duas ou mais), os falantes dessas línguas e o contexto sócio-cultural em que o contato ocorre, que pode ser incorporado no espaço étnico de cada comunidade de fala ou criado pela junção das comunidades envolvidas. Os estudos linguísticos tendem a dar ao fenômeno uma abordagem sistêmica e/ou uma abordagem social, prevalecendo nestes estudos o primeiro e o último elementos, deixando-se, à parte da discussão, os verdadeiros agentes do contato, ou seja, os falantes em sua individualidade, que também permitem uma interpretação acerca de fatores sociolinguísticos como as atitudes e as percepções do falante diante do contato, bem como suas consequências (Gómez-Rendón, 2008, p. 12).

Em alguns contextos, o contato é mais intenso que em outros e depende, segundo Margolin (2003), da identidade sociolinguística dos indivíduos do grupo minoritário, pois, em uma situação de contato, o contexto é bi ou multilingual, ou seja, no mínimo dois sistemas socioculturais envolvidos. Para o referido autor são duas as identidades a serem consideradas: a) uma identidade sociolinguística tradicional, na qual uma língua (a tradicional) é usada com membros do grupo e outra com pessoas de fora; e b) uma identidade transicional, que restringe o uso da língua tradicional (conversa com os mais velhos, festas, rituais) à medida que a língua dominante é usada com mais frequência dentro do grupo.

Qualquer que seja o grau de intensidade e o momento em que ocorre, o contato provoca mudanças, ou, pelo menos, a influência de uma língua sobre a outra. Thomason (2001, p. 14) divide as influências e suas consequências do contato em três níveis vistos como

“um conjunto hierárquico de tipologias, começando com uma divisão de três vias no nível mais alto em mudança de língua induzida por contato, mistura extrema de línguas (resultando em pidgins, crioulos e línguas bilíngues misturadas) e morte da língua”.

O resultado mais comum do contato linguístico é o empréstimo de palavras, no qual falantes de algumas línguas podem tomar mais palavras do que falantes de outras, mesmo em situações em que os níveis de bilinguismo são mais ou menos equivalentes. O empréstimo de palavras apenas é a consequência mais comum em caso de influência mútua; é possível encontrar casos de transferência em todos os aspectos linguísticos – fonologia, morfologia, sintaxe e semântica lexical – pois todos os níveis da estrutura estão sujeitos à transferência de um idioma para outro, sem restrições linguísticas

absolutas de tipos ou números de traços, dada a combinação de circunstâncias sociais e estruturais (Thomason, 2008, p. 42).

As mudanças induzidas por contato têm os fatores sociais como determinante primário para os resultados segundo Thomason e Kaufman (1988).

Os resultados mais comuns do contato de línguas, bem como suas características e consequências são tratados nas próximas seções.

2.2 Consequências do contato linguístico

2.2.1 Bilinguismo

Definir o bilinguismo e identificar um indivíduo bilíngue é tarefa aparentemente fácil. De acordo com o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2007, p. 453) o bilíngue é um indivíduo que fala duas línguas ou dois dialetos da mesma língua. Segundo Hamers e Blanc (2000, p. 6), na visão popular, ser bilíngue é o mesmo que ser capaz de falar duas línguas perfeitamente; esta é também a definição empregada por Bloomfield que define bilinguismo como “o controle nativo de duas línguas”. Opondo-se a esta visão que inclui apenas bilíngues perfeitos, Macnamara (apud Hamers e Blanc, 2000) propõe que um indivíduo bilíngue é alguém que possui competência mínima em uma das quatro habilidades linguísticas – fala, escuta, leitura e escrita – em uma língua diferente de sua língua nativa. Hamers e Blanc (2000) afirmam que entre estes dois extremos encontram-se outras definições, como por exemplo, a definição proposta por Titone (1972) para quem bilinguismo é a capacidade do indivíduo de falar uma segunda língua obedecendo às estruturas desta língua, não parafraseando a língua materna.

Para Hamers e Blanc (2000, p. 7), as definições dadas para o bilinguismo se referem exclusivamente a uma dimensão da bilingualidade, a proficiência nas línguas, desconsiderando dimensões não linguísticas. Todavia, para eles, a língua é uma ferramenta desenvolvida e usada para servir a um número de funções, tanto sociais (comunicativas) quanto psicológicas (cognitivas), sem as quais ela não existe:

“A língua não existe em si, mas tem um uso para o comportamento global que é significativo em uma dada cultura. As funções da língua são universais, mas as formas linguísticas variam através de línguas e culturas. (...) a língua não pode ser isolada de outros aspectos de comportamento. Quando a língua é processada por um indivíduo ela está sempre misturada a processos cognitivos e afetivos.”

Hamers and Blanc (op. cit., p. 8)

Considerando que, concomitante às suas funções comunicativa e cognitiva, a língua tem uma função social, para definir o bilinguismo, Hamers e Blanc analisam seis dimensões: 1) competência relativa; 2) organização cognitiva; 3) idade de aquisição; 4) exogeneidade; 5) status das duas línguas envolvidas; e 6) identidade cultural. Partindo de cada uma destas dimensões, os autores propõem as seguintes definições:

A dimensão de *competência relativa* permite-nos dar conta da natureza relativa da bilinguagem, uma vez que incide sobre a relação entre duas competências linguísticas, uma em cada idioma. Surge, a partir dessa dimensão, a distinção entre o bilíngue equilibrado, que tem competência equivalente em ambas as línguas, e o bilíngue dominante, a quem a competência de uma das línguas, muitas vezes a língua materna, é superior à sua competência na outra. Hamers e Blanc ressaltam que bilinguagem equilibrada não deve ser confundida com um grau muito elevado de competência nas duas línguas:

“(…) É um tanto uma questão de um estado de equilíbrio alcançado pelos níveis de competência atingida nas duas línguas, em comparação com competência monolíngue. Competência de equivalência não deve ser confundida com a de usar ambas as línguas para todas as funções e domínios .”
(op. cit., p. 26)

Cada indivíduo tem sua própria configuração de domínio; dominância e equilíbrio não são igualmente distribuídos a todos os domínios e funções da língua.

Independentemente do estado de equilíbrio, a bilinguagem pode ser diferida em outras dimensões. Por exemplo, idade e contexto de aquisição podem levar a diferenças no funcionamento cognitivo, levando à distinção entre o *bilíngue composto*, indivíduo que apresenta uma única representação cognitiva para duas traduções equivalentes, e o *bilíngue coordenado*, o qual apresenta representações distintas para duas traduções equivalentes. Um indivíduo bilíngue, no entanto, pode ser, ao mesmo tempo, mais composto para certos conceitos e mais coordenado para outros.

Segundo Hamers e Blanc (2000, p. 7), essa distinção é frequentemente mal interpretada, pois ela se refere a diferenças na *organização cognitiva*, não a diferenças nos níveis de competência linguística, na idade de aquisição ou nos contextos de aquisição das línguas:

“Embora haja uma correlação elevada entre o tipo de organização cognitiva, idade e no contexto da aquisição, não há correspondência um-para-um entre a forma de representação cognitiva e da idade de aquisição” (op. cit., p. 27)

Entretanto, é muito provável que um indivíduo que aprendeu as duas línguas quando criança, no mesmo contexto, tenha uma única representação cognitiva para dois equivalentes de tradução; enquanto um indivíduo que aprendeu a L2 em um contexto diferente daquele da sua L1, provavelmente terá representações distintas para dois equivalentes de tradução.

Contudo, para fins operacionais, a idade e o contexto de aquisição são utilizados para identificar os dois tipos de bilíngue.

Além de estar relacionada à organização cognitiva, a *idade de aquisição* se combina a outros fatores da vida linguística do indivíduo [contexto de aquisição e uso das duas línguas], desempenhando função em outros aspectos do desenvolvimento do bilíngue: o linguístico, o neuropsicológico, o cognitivo e o sociocultural.

Essa dimensão faz a distinção entre bilinguagem infantil, bilinguagem adolescente e bilinguagem adulta. O primeiro destes

“acontece ao mesmo tempo do desenvolvimento geral da criança; em outras palavras, esta experiência bilingue ocorre no momento em que os vários componentes de desenvolvimento ainda não tenham atingido a maturidade e pode, portanto, ser influenciada por esta experiência.” (p. 28)

Na bilinguagem infantil, os autores distinguem *bilinguismo simultâneo* e *bilinguismo consecutivo*. No primeiro, a criança desenvolve duas línguas maternas desde o início da linguagem [L_A e L_B], como nos casos de crianças de família de língua mista. No bilinguismo consecutivo, a criança adquire uma segunda língua na infância, depois que a aquisição linguística básica de sua língua materna foi alcançada (enquadram-se aqui a bilinguagem adolescente a adulta); em todos os casos deste tipo de bilinguismo, os autores se referem à língua materna como L_1 e à segunda língua como L_2 . Esses tipos de bilinguagem também diferem quanto ao mapeamento da forma-função:

“No caso de bilinguagem simultânea a criança tem que mapear duas formas em uma única função: referimo-nos a isso como mapeamento composto. No mapeamento consecutivo (uma forma linguística), ocorre antes da aquisição da segunda língua para as funções já adquiridas”. (p. 29)

A presença ou não de indivíduos falantes da L2 – ou seja, se ambas as línguas estão presentes ou não no ambiente social da criança – determina a *bilinguagem endógena* ou *exógena* da comunidade. Uma língua endógena é usada como língua materna em uma comunidade e pode ou não ser utilizados para fins institucionais. Já a

língua exógena é aquela usada como língua oficial, institucionalizada, mas não há comunidade de fala na entidade política que a use oficialmente.

O relativo *status* (valor) atribuído às línguas na comunidade de fala também determina o tipo de bilinguagem:

“Se as duas línguas são suficientemente valorizadas, o desenvolvimento cognitivo da criança vai tirar o máximo proveito da experiência bilíngue, que funcionará como um estímulo enriquecedor levando a uma maior flexibilidade cognitiva em comparação ao seu par monolíngue, por outro lado, se o contexto sociocultural é de tal forma que a língua materna é desvalorizada no ambiente da criança, seu desenvolvimento cognitivo pode ser atrasado em comparação com um colega monolíngue, em casos extremos, a criança não pode ser capaz de compensar este atraso.” (p. 29)

Se as duas línguas são suficientemente valorizadas e a aquisição da L2 ocorre sem perda ou prejuízo da L1, tem-se o *bilinguismo aditivo*. Na segunda forma de aquisição, na qual a primeira língua é desvalorizada e durante a aquisição da L2 ocorre perda ou prejuízo da L1, os autores chamam de *bilinguismo subtrativo*. Segundo os autores, essa distinção se relaciona às consequências conceptual-linguístico do contexto sociocultural do desenvolvimento bilíngue.

A *identidade cultural* é outra dimensão considerada por Hamers e Blanc para diferenciar indivíduos bilíngues, caracterizando-os como bilíngues *biculturados*, *monoculturados*, *aculturados* e *desculturados*. Um *bilíngue biculturado* pode se identificar positivamente com os dois grupos culturais que falam suas línguas e ser reconhecido, por cada grupo, como um membro. Essa identidade que integra duas culturas é, segundo os autores,

“Provavelmente, ao nível sócio-afetivo, o análogo de bilinguagem aditiva ao nível cognitivo.” (p. 30)

Em geral, biculturalismo equilibrado e bilinguagem equilibrada estão juntos. Entretanto, segundo Hamers e Blanc, é possível que, em sociedades multilíngues, um membro associe culturas múltiplas, que podem coexistir com graus variados de competência bilíngue dominante. Neste caso,

“Uma alta competência bilíngue nem sempre significa uma identidade cultural com significado monocultural duplo e identificando culturalmente com apenas um dos grupos”. (p. 30)

O desenvolvimento do bilinguismo também pode levar um indivíduo a renunciar a identidade cultural de seu grupo de L1 e adotar a do segundo grupo de língua,

tornando-se um *bilíngue aculturado* na L2. Em caso de desistência de sua própria identidade cultural e ao mesmo tempo o bilíngue não se identificar com o grupo cultural da L2, torna-se um *bilíngue anômico*, ou seja, que não obedece a regras, e *desaculturado*.

Segundo Ferreira (2005), quanto bilinguismo na comunidade parkatêjê, afirma que “há diferentes níveis de bilingüismo em parkatêjê e em português na aldeia. Há falantes fluentes e não-fluentes de parkatêjê. Todavia, em se tratando de português, a língua majoritária, há somente falantes fluentes.” A autora apresenta o seguinte quadro de uso das duas línguas na comunidade de acordo com as faixas etárias:

Gerações	Idade	Uso da língua	
1 ^a	50-70	+ Park.	- Port.
2 ^a	30-49	+ Park.	+ Port.
3 ^a	0-29	- Park.	+ Port.

Quadro 5: Uso de português e parkatêjê na comunidade

Como mencionado, o contato com o português levou a uma situação em que apenas as crianças mais velhas adquiriam a língua parkatêjê. Estas crianças são hoje os indivíduos mais velhos da aldeia; ou seja, indivíduos bilíngues consecutivos, falantes que adquiriram o português como segunda língua (L2) depois que a linguística básica do parkatêjê, sua língua materna, foi alcançada. As narrativas coletadas para esta dissertação foi narrada por um desses indivíduos bilíngues nas duas línguas.

2.2.2 Alternância de Código

Um indivíduo bilíngue ao se comunicar apresenta características próprias, podendo optar pelas variantes e línguas que domina de acordo com seu interlocutor ou com a situação em que a interação ocorre. Ou seja, o bilíngue não apenas pode escolher entre diferentes variedades de uma língua, como pode escolher entre duas línguas. Enquanto um indivíduo monolíngue muda de uma variante de uma língua para outra, “a bilingual may change varieties in one language, change languages, or do both” (Grosjean, 1982, p. 128). O esquema abaixo apresentado por Grosjean (1982) ilustra o repertório de opções que um bilíngue possui na interação, a depender do seu interlocutor:

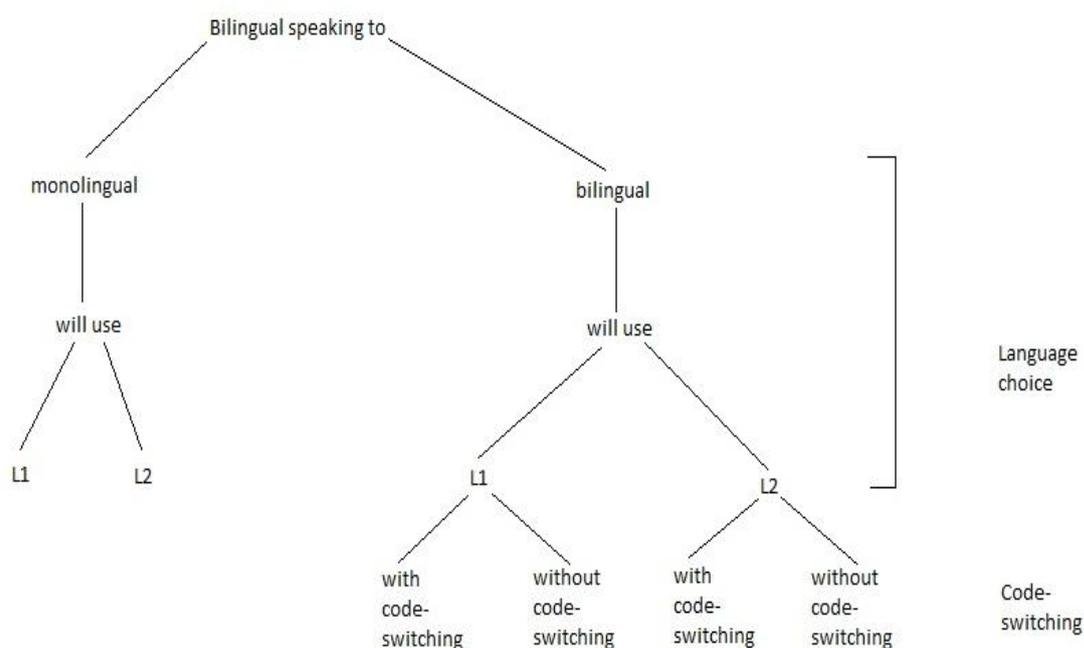


Figura 2: Escolha de língua e alternância de código

Assim, uma situação de bilinguismo, na qual o indivíduo tem habilidade de fazer escolhas entre variedades de uma mesma língua ou duas línguas, resulta, segundo Wardhaugh (2006, p. 101), pelo menos, em ocorrência de alternância entre os códigos (*code-switching*) envolvidos na interação. Este fenômeno recorrente na fala bilíngue constitui, portanto, um importante aspecto do contato de línguas, mas apenas recentemente recebeu atenção de pesquisadores.

A alternância de código (também referida como *code-switching*) caracteriza-se pelo uso de duas ou mais línguas em uma conversação. Poplack (1980a, p. 583) define esse fenômeno como “the alternation of two languages within a single discourse, sentence or constituent”. Grosjean (1982, p. 145) propõe que seja “the alternate use of two or more languages in the same utterance or conversation”.

Segundo Oliveira (2006), há duas abordagens principais nos estudos sobre o fenômeno: uma sócio-pragmática e uma sintático-gramatical. A primeira se volta aos aspectos sócio-pragmáticos de produção individual, “através da categorização, quantificação e análise das funções pragmáticas e motivações sócio-psicológicas subjacentes ao code-switching”. A outra abordagem busca “formular restrições formais e padrões de ocorrência para este comportamento linguístico”.

As funções deste fenômeno no discurso são analisadas por pesquisadores de vertentes sociolinguísticas e funcionalistas, considerando que relações sociais definidas são mapeadas pelo uso da língua (OLIVEIRA, 2006, p. 59). Um dos estudos sobre a função da alternância de código que buscaram provar o propósito discursivo do fenômeno foi o de Gumperz e Hernández-Chavez (1970), no qual foram mostrados exemplos em que a alternância servia às funções de marcação de identidade étnica, apresentação de citações, preenchimento de um determinado item lexical e de criação de um contexto de maior privacidade e confidencialidade. Neste estudo os autores apontaram a existência de relações entre língua e fenômeno social e mostraram que o *code-switching* não é um fenômeno aleatório e destituído de sentido.

O mais influente e mais citado nome dos estudos sobre o *code-switching* é Gumperz (1982), que propôs o primeiro inventário de funções do *code-switching*, mostrando que este fenômeno é uma estratégia discursiva adotada por falantes bilíngues, que não ocorre de maneira randômica. Gumperz (1982) relaciona o *code-switching* às escolhas estilísticas dos monolíngues. Segundo ele, esta prática discursiva presente na interação bilíngue sinaliza informação contextual equivalente ao que é transmitido através da prosódia e outros processos lexicais ou sintáticos em ambientes monolíngues. A escolha linguística gera, portanto, pressuposições acerca de como o que foi dito deve ser decodificado. Ainda para Gumperz, a escolha do código não é uma escolha de conteúdo, mas de estratégia discursiva, de cunho social, pois, segundo ele, os falantes não utilizam a linguagem somente por conta de suas identidades sociais ou de fatores situacionais, buscam também explorar as potencialidades das escolhas para transmitir significados de natureza sócio-pragmática. Assim, o uso de uma variante em detrimento de outra possui relevância de natureza intencional para o significado da mensagem, fazendo da escolha do código não uma escolha de conteúdo, mas principalmente uma estratégia discursiva.

Para denominar as pistas de natureza sociolinguística utilizadas para sinalizar as intenções comunicativas ou para inferir as intenções conversacionais do interlocutor, Gumperz adotou o termo pistas de contextualização. São mecanismos linguísticos que indexam “como o conteúdo semântico deve ser compreendido e como cada sentença e relaciona ao que a precede ou segue” (Gumperz, 1982, p.131). Vários mecanismos formais podem ser utilizados como pistas contextuais, como, por exemplo, traços prosódicos, formas sintáticas e, segundo o autor, o *code-switching*. Assim, enquanto a alternância entre códigos serve a objetivos de contextualização em situações

multilíngues, ela é em geral acompanhada por pistas entoacionais, tonais, rítmicas, gestuais. A co-ocorrência destas pistas pode auxiliar na interpretação do significado da alternância, segundo o autor.

As abordagens que dão conta dos aspectos gramaticais da alternância serão retomadas no próximo capítulo deste trabalho, momento em que serão apresentados os dados analisados, bem como os modelos utilizados para classificá-los.

A alternância de código, como já mencionado, é um dos fenômenos mais comuns no contato de línguas e é uma das extremidades de um contínuo que termina com a morte de línguas. Entre os dois extremos está o empréstimo, fenômeno ao qual se dedica a próxima seção.

2.2.3 Empréstimo

Empréstimo é o termo usado nas discussões sobre interferência, transferência e empréstimo para se referir ao que ocorre com os itens lexicais nas situações de influência de uma língua sobre outra. Entretanto, ao falar dessa influência mútua, deve-se considerar o fato de que as palavras podem interagir na fonologia, morfologia, sintaxe e semântica (Romaine, 1995).

Muysken (1995, p. 189) se refere a empréstimo como “the incorporation of lexical elements from one language in the lexicon of another language”. O autor distingue três níveis no processo: a) inicialmente, um bilíngue fluente insere espontaneamente um elemento lexical “1” de uma língua A em uma sentença de uma língua B; b) com o tempo, a inserção de “1” torna-se frequente na comunidade de fala, ou seja, ocorre uma alternância convencionalizada; c) finalmente, o elemento “1” é adaptado fonológica, morfológica e sintaticamente às regras da língua B e está integrado ao léxico dessa língua, sendo reconhecido pelos falantes monolíngues dessa língua como uma palavra pertencente a ela.

O processo que leva uma língua ao empréstimo é complexo e pouco compreendido. Analisando sincronicamente, em dado momento uma palavra é parte de uma língua e não de outra. Em outro momento, essa mesma palavra pode ser usada por falantes monolíngues de duas línguas. De um ponto vista diacrônico, o que ocorre com essa palavra entre um momento e outro? Por isso entre o segundo e o terceiro nível de Muysken está uma das questões mais debatidas nas pesquisas sobre contato de línguas, pois é difícil definir em que momento um item lexical recebe o *status* de empréstimo

numa língua, pois a mudança linguística é um processo diacrônico e a distinção entre uma simples alternância e uma incorporação nem sempre é clara.

Myers-Scotton (1992, p. 33) aponta duas maneiras principais de diferenciar os dois fenômenos:

“Primeiro, falantes da ML podem ser monolíngues e ainda usar formas de B, mas aqueles que usam formas de CS devem demonstrar algum grau de bilinguismo. Segundo, formas de B adquiriram status como parte da gramática da ML e, portanto, sua frequência relativa para codificar os conceitos que eles representam em um grande corpus de dados é mais parecida com a de forma nativa do que a forma de CS”.

Além disso, para a autora, a frequência de ocorrência do code-switching é previsível e diferente das ocorrências de formas nativas da língua: ocorrendo em um determinado número de falantes, uma ou duas vezes.

Grosjean (1982, p. 308) propõe que os dois fenômenos se distinguem com base em processos fonológicos e morfológicos:

“Uma alternância pode ser de qualquer tamanho (uma palavra, uma frase, uma sentença) e é uma mudança completa para o outro idioma, ao passo que um empréstimo é uma palavra ou expressão curta que é adaptada fonologicamente e morfológicamente à língua que está sendo falada”.

Segundo Romaine (1995, p. 56), palavras totalmente assimiladas em uma língua

“São utilizados por monolíngues, que podem ou não estar cientes de suas palavras estrangeiras, a menos que por um acaso conheçam a história da língua. Em outras palavras, elas não são, provavelmente, sequer percebidas como estrangeiras pela maioria dos falantes”.

Alguns linguistas propõem que o caminho feito pelo item emprestado parta primeiramente de seu uso por um ou mais bilíngues, no nível da fala (*speech borrowing*), quando a fonologia e a morfologia deste item ainda estão indefinidas. A palavra passa, então, a ser usada concomitantemente com seu equivalente monolíngue e nem todos os bilíngues a usam na fala cotidiana. Muitos empréstimos, segundo Grosjean (1982, p. 334), não ultrapassam este estágio. Se, no entanto, monolíngues começam a usar este termo e ele resiste ao conservativismo da língua que o recebe, há grandes chances de ele ser aceito e adaptado (*language borrowing*). O percurso não é simples como parece:

“Algumas palavras são emprestadas quase da noite pro dia, outras passam por um longo estágio intermediário, algumas palavras são trazidos por um bilíngue, outras são lentamente aceitas por uma grande comunidade bilíngue antes de serem transferidas para o grupo monolíngue”.

(Grosjean, 1982, p. 334)

Mackey (1970, p. 201) diz não ser possível determinar onde/quando exatamente uma palavra sai do “speech borrowing” (interferência) para o “language borrowing” (integração), pois se uma palavra pertence a uma língua ou a duas não uma é uma questão de sim ou não, mas de gradação.

Weinreich (1968) compara os dois níveis à areia de um lago: *speech borrowing* é a areia levada correnteza e *language borrowing* é como aquela depositada no fundo do lago. Assim como a movimentação ou não da areia pelo fluxo da água depende de muitos fatores, a transformação de uma interferência em uma integração depende de variáveis linguísticas, sociais e culturais.

Grosjean (1982) observa que durante a transição a palavra estrangeira é tratada diferente pelos monolíngues. Por isso, uma palavra emprestada é finalmente aceita quando não há tratamento diferenciado entre ela e as outras palavras da língua, quando dicionários e instituições e figuras intelectuais a aceitam, passando a ser “empréstimo” somente na história.

Outro ponto discutido nas pesquisas sobre contato e influência de uma língua em outra requer atenção: por que as línguas emprestam termos de outras? Weinreich (1968) aponta três razões: a) a frequência de uso de pares homônimos, ou seja, palavras usadas com menos frequência tendem a ser substituídas; b) necessidade de se expressar em domínios como a da emoção, da comida e da comunicação, fazendo as palavras antigas perderem sua força diante da boa aceitabilidade do novo termo; e, a maior dentre as três razões, c) necessidade de designar novos conceitos, pois a língua reflete as influências políticas, tecnológicas, culturais e até econômicas que uma cultura sofre.

Esta última razão apontada por Weinreich (1968) para o empréstimo leva Grosjean (1982) a considerar o empréstimo lexical como o principal resultado do contato de línguas. Os empréstimos lexicais são, de acordo com Myers-Scotton (1992), de dois tipos: empréstimos culturais, que se relacionam a objetos ou conceitos novos para a cultura da língua que recebe o termo; e empréstimos nucleares, que representam objetos ou conceitos já codificados nessa língua. A autora ressalta, no entanto, que essa é uma forma simplificada de se referir aos empréstimos; algumas formas

“só se tornam parte da competência de certos grupos de falantes, nem todos, e algumas formas B nunca alcançam a generalização, mas são limitadas a determinados estilos. Além disso, o grau de integração fonológica (e mesmo morfológica) de um B pode se diferenciar de falante para falante, dependendo do perfil sociolinguístico do falante (incluindo o grau de bilinguismo)”.

(Myers-Scotton, 1992, p.34)

Os empréstimos lexicais entram nas línguas por diferentes processos, é necessário apenas haver um vínculo entre a alternância de código e o processo de empréstimo dessas formas, porque elas preenchem um vácuo lexical, podendo entrar na língua sem esforços adicionais. Embora as formas nucleares possam entrar em uma língua sem uma alternância de código generalizada entre seus falantes, Myers-Scotton (1992) considera o *code-switching* um mecanismo óbvio para introduzi-las, pois o fenômeno “displays potential B forms in juxtaposition with material from the B language”. O peso desta justaposição, agregado ao tempo e às interações, resultam no empréstimo; ou seja, um termo emprestado tipicamente começa como uma forma de alternância (*speech borrowing*), retomando a ideia de um contínuo entre a forma que ora pertence a uma língua apenas, ora a duas. Cabe ressaltar que “while some cultural B forms also enter the language through CS, these B forms often enter the ML⁴ abruptly, in the same manner as the object/concept for which they stand”.

O bilinguismo está na origem dos empréstimos linguísticos e “as long as languages continue to come into contact with one another, through individual bilinguals and in bilingual communities, they will not fail to influence one another” (Grosjean, 1982, p. 341).

Sempre que se fala em bilinguismo é necessário se referir aos empréstimos, pois eles são o legado dos que convivem com duas línguas.

2.2.4 Morte

Os fenômenos de bilinguismo e empréstimo, acima abordados, relacionam-se diretamente com o fenômeno foco deste trabalho: o primeiro é a causa, a condição para a ocorrência de alternâncias; o segundo, além de compartilhar um problema de distinção, é uma consequência. Em outro fenômeno recorrente no contato de língua a alternância de código está envolvida, a morte de um sistema linguístico, considerado o outro extremo de um contínuo que inicia com o *code-switching*.

McMahon (1994, p.285) adota uma definição para morte linguística que

4

“Envolve essencialmente uma transferência de obediência de parte de uma população a partir de uma língua que foi nativa na área, para uma língua mais recentemente introduzida na qual a população indígena tornou-se bilingue. A nova linguagem é geralmente falada nativamente por falantes mais potentes, que podem também ser mais numerosos, e normalmente é associada pelos falantes da língua minoritária com a riqueza, prestígio e progresso, a língua minoritária é, então, efetivamente abandonada por seus falantes, tornando-se apropriada para uso em cada vez menos e menos contextos, até que seja inteiramente suplantada pela língua que está entrando.”

Myers-Scotton (1992, p. 33) vê a morte de línguas não como uma perda gradual do aparato gramatical de uma língua; ela sugere que alguns casos de morte linguística “may involve the pervasive addition or substitution of the grammar of another language in the code-switching situation”.

As línguas não existem sem as pessoas. Para Crystal (2000, p. 2), se a língua conta com apenas um falante, vista como uma ferramenta de comunicação, ela já está morta. Portanto, uma língua morre quando ninguém mais a fala; ela pode continuar existindo em forma de documentos – textos escritos, gravações de vídeo, arquivos de áudio – mas sem contar com quem possa usá-la fluentemente não pode ser considerada viva. Crystal (2002, p. 11) considera que “a language is effectively dead when there is only one speaker left, with no member of the younger generation interested in learning it”. Pode-se considerar, então, que mudanças nos padrões de uso dentro da comunidade desaparecem, os falantes desaparecem, não as línguas:

“As línguas ‘não morrem por causa da natureza de sua estrutura linguística’, mas por causa de um golpe externo, uma mudança na lealdade da língua em partes da comunidade”.

Myers-Scotton (1992, p. 33)

Nesse caso, o desaparecimento de um sistema linguístico não está diretamente relacionado a aspectos linguísticos, tornando difícil identificar, assim como o processo de empréstimo, os estágios pelos quais ele passa. Cristóforo (2002, p. 56) exemplifica três tipos de morte linguística cujos fatores para o desaparecimento são exclusivamente não linguísticos.

O primeiro se relaciona a situações em que “o pesquisador não pôde investigar o processo de desaparecimento da língua porque havia apenas um ou simplesmente uns poucos falantes vivos”.

O segundo está relacionado à “opressão política imposta aos falantes de uma determinada língua”, nos quais a língua deixou de ser falado como forma de dificultar a identificação dos membros de dada etnia.

O terceiro se dá quando “a língua deixa de ser usada coloquialmente e é mantida apenas em situações de ritual”. Segundo a autora, os participantes do ritual no qual a língua é utilizada algumas vezes sequer sabem o conteúdo semântico do que dizem.

O número de falantes de uma língua “is an index immediate for its endangered situation” (Yamamoto, 1997 apud Crystal 2002, p. 14). Então, quantos falantes então são necessários para garantir vida a uma língua? Dois, vinte, duzentos? Para Crystal (2002), surpreendentemente, a resposta não é simples. Pode-se afirmar, no entanto, que qualquer língua com um número muito pequeno de falantes está em apuros, mas não fica claro quando se deve parar de pensar em perigo de extinção:

“Há certo número de fatores que contribuem para a capacidade de uma língua para sobreviver. Primeiro e mais importante é o tamanho da população com uma língua materna aborígine ou língua local. Uma vez que uma grande base de falantes é essencial para garantir a viabilidade a longo prazo, quanto mais falantes tem uma língua, melhores são suas chances de sobrevivência.”
(Norris, 1998, apud Crystal, 2002)

Diante da dificuldade de comparar os níveis de perigo em que as línguas ao redor do mundo se encontram, Crystal (2002, p. 19) apresenta algumas classificações de perigo, pois, segundo o autor, sem isso é “impossible to ‘take a view’ about the urgency of the need, and thus to allocate scarce resources, in cases where something might be done”.

Línguas saudáveis, ameaçadas e extintas são os três níveis reconhecidos pelo senso comum sobre o estado de uma língua. Krauss (1992) acrescenta a estes níveis uma noção amplamente utilizada: línguas moribundas, para se referir àquelas que deixaram de ser aprendidas como língua materna pelas crianças. Para Crystal (2002, p. 20), esta noção captura a ideia de uma língua além do estágio de mero perigo porque não tem transmissão entre as gerações; “the analogy is with a species unable to reproduce itself”.

Em Kincade (1991 apud Crystal, 2002, p. 20) e Wurm (1998 apud Crystal, 2002, p. 20) é encontrada uma classificação que distingue línguas seguras/saudáveis (safe) de línguas não tão seguras/não tão saudáveis (not so safe) em uma escala de cinco níveis:

- Viable languages: have population bases that are sufficiently large and thriving to mean that no threat to long-term survival is likely;

- Viable but small languages: have more than 1000 speakers, and are spoken in communities that are isolated or with a strong internal organization, and aware of the way their language is a marker of identity;
- Endangered languages: are spoken by enough people to make survival a possibility, but only in favourable circumstances and with a growth in community support;
- Nearly extinct languages: are thought to be beyond the possibility of survival, usually because they are spoken by just a few elderly people;
- Extinct language: are those where the last fluent speaker has died, and there is no sign of any revival.

Diversos são os fatores que levam à morte de língua; e eles variam de língua para língua, de modo não há como generalizar uma causa e prever uma taxa de porcentagem para as mortes.

A língua parkatêjê é um caso de língua ameaçada de extinção, pois uma parte da população ainda fala a língua indígena. Como afirmou Araújo (2008),

“a situação sociolingüística da comunidade parkatêjê não é favorável à língua tradicional. Apenas os mais velhos falam correntemente a língua, muito embora seja possível constatar, mesmo entre eles, ocorrências de alternância de código com o português.”

Nesse contexto de ameaça à língua, os próximos capítulos tentam explicar por que ocorre a alternância de código e descrevem quais os tipos de alternância encontrados nas narrativas coletadas.

Por que os bilíngues alternam os códigos?:

Abordagens sócio-pragmáticas da alternância de código

Como citado na segunda seção do primeiro capítulo, na página trinta desta dissertação, a qual tratou do fenômeno de alternância de código, duas são as abordagens para os estudos do code-switching: uma que volta aos aspectos sócio-pragmáticos de produção individual e outra abordagem que busca os padrões de ocorrência para este comportamento linguístico.

A outra abordagem categoriza, quantifica e análise as funções pragmáticas e as motivações envolvidas na alternância de código. Considerando os principais estudos desta linha, este capítulo se dedica à tentativa de responder à pergunta de Grosjean (1982): por que os bilíngues alternam os códigos? Com base no modelo deste autor, este capítulo também tem por objetivo analisar do ponto de vista pragmático as alternâncias encontradas nas narrativas.

3.1 Principais modelos da abordagem sócio-pragmática

Diversos estudos se voltaram à análise das funções da alternância de código no discurso, tentando uma “reaproximação entre a língua e o grupo social do falante, onde a língua é um dos recursos disponíveis para produção cultural” (Heye, 2003, p. 31).

A abordagem mais influente e mais utilizada nesta linha é a de Gumperz (1982). Este modelo, que foi o primeiro a propor um inventário das funções do *code-switching*, influenciou outros autores como Grosjean (1982) e Appel & Muysken (1987), os quais também se dedicaram a explicar os motivos da alternância entre códigos.

Inicia-se a apresentação desses modelos com a teoria de Gumperz (1982).

3.1.1 A abordagem de Gumperz (1982)

Gumperz (1982) propôs seis categorias de funções às quais servia a alternância de código: *citação, especificação do interlocutor, interjeição, reiteração, qualificação da mensagem e personalização versus objetivação.*

(1) Citações

Segundo Gumperz (1982, p. 75), em diversas instâncias as trocas de código são facilmente identificadas como citações diretas em outra língua ou passagens que reportam o que foi dito, como no trecho abaixo no qual o falante esloveno utiliza o alemão para ser fiel ao que foi produzido:

(1) Pa prawe *wen er si nit colt gib i si nit*.

(Então ele disse [que] se não pagar por isto, eu não o darei.)

(2) Especificação do interlocutor

Outra função para a qual a alternância de código pode servir é dirigir a mensagem a um dos possíveis interlocutores do grupo presente. No diálogo abaixo, apresentado por Gumperz (1982, p. 77), envolve um casal de estudantes hindi e um visitante em sua casa:

(2) Esposa: Pipəlmint piyēŋgi ap?

(Você vai quer peplemint?)

Visitante: Piyengi?

(Bebida?)

Esposa: Pinekihi čiz hai

(É para isso que serve, beber)

Visitante: Ye kaise piya jata hai?

(Como bebo isso?)

Marido: *But she doubts us*, ki isme kuč əlcohol to nəhī.

(Mas ela está duvidando de nós, pode ter um pouco de álcool nisso.)

Marido: [virando-se para sua esposa] *Put it in a glass for her*.

(Ponha em um copo para ela.)

(3) Interjeição

Em alguns casos a alternância de código serve para marcar uma interjeição ou funciona como um substitutivo de sentença, preenchendo uma lacuna deixada pela língua que está sendo usada. Na sentença abaixo, na qual o espanhol é a língua principal, uma interjeição é introduzida em inglês:

(3) Pero como *you know* la Estella y la Sandi relistas en el telefon.
(Estella e Sandi, sabe, são muito precoces no telefone.)

(4) Reiteração

A reiteração é, segundo Gumperz (1982), outra função à qual frequentemente serve a alternância de código. Nesta função a mensagem proferida em um código é literalmente repetida em outro ou modificada de certa forma. O objetivo em alguns casos serve para esclarecer o que foi dito ou amplificar e enfatizar a mensagem:

(4) The three old ones spoke nothing but Spanish. Nothing but Spanish.
No hablaban ingles.
(Os três mais velhos não falavam senão espanhol. Nada senão espanhol.
Não falavam inglês.)

Romaine (1995) também aponta a repetição como uma das motivações para que o bilíngue alterne os códigos, como será visto no próximo capítulo.

(4) Qualificação da Mensagem

Segundo Gumperz (1982), um grande número de alternância de código serve para qualificar construções como sentenças e complementos verbais ou predicados. Nas sentenças abaixo as mensagens principais estão em inglês e os falantes utilizam o espanhol para qualificar/ampliar a suas mensagens:

(5) We've got all... all these kids here now. *Los que estan ya criados aquí, no los que estan recién venidos de México.* They all understood English.

(Nós conseguimos todos... Todas estas crianças que estão aqui. Aqueles que já estão acostumados aqui e os recém-chegados do México. Todos entenderam inglês.)

(6) The oldest one, *la grande la de once años.*

(A mais velha, a maior, a de onze anos.)

(6) **Personalização versus Objetivação**

Finalmente, um número relativamente grande de funções da alternância de código é mais difícil especificar em termos puramente descritivos. São casos nos quais o contraste de códigos parece estar relacionado:

“à distinção entre o discurso sobre a ação e conversar como ação, o grau de envolvimento do falante, ou a distância em que está da mensagem, seja uma declaração que reflete a opinião pessoal ou conhecimento, se se refere a casos específicos ou tem a autoridade sobre o fato conhecido”. (Gumperz, 1982, p. 80)

Gumperz (1982, p. 81) explica esta instância de alternância discutindo alguns exemplos como o citado a seguir, no qual uma pessoa A está falando sobre parar de fumar com uma pessoa B alternando entre inglês e espanhol:

(7)

A: ... I'd smoke the rest of the pack myself in the other two weeks.

(Eu podia fumar o resto deste maço sozinha duas semanas atrás.)

B: That's all you smoke?

(Você fuma tudo isso?)

A: That's all I smoked.

(Eu fumava tudo isso.)

B: And how about now?

(E agora?)

A: Estos. . .me los halle. . .estos Pall Malls me los hallaron. No I mean that's all the cigarettes . . . that's all. They're the ones I buy.

(Estes... Eu encontrei... Estes Pall Mall foram encontrados por mim. Não estou falando de todos os cigarros. Estes são os únicos que eu compro.)

Depois, na mesma conversa:

A: ... they tell me "How did you quit Mary?" I don't quit I... I just stopped. I mean it wasn't an effort that I made que voy a dejar de fumar por que me hace daño o this or that uh-uh. It's just that I used to pull butts out of the waste paper basket yeah. I used to go look in the . . . se me acababan los cigarros em la noche. I'd get desperate y ahi voy al basarero a buscar, a sacar, you know.

(A: ... eles me dizem "Como você saiu Mary?" Eu não saí... Eu simplesmente parei. Quero dizer que não era um esforço que eu fiz, que vou deixar de fumar porque me causa algum dano, que isso ou que aquilo, uh-uh. É só que eu costumava pegar pontas dos cestos de papéis, sim. Eu costumava dar uma olhada no... Se acabavam meus cigarros na noite. Eu podia ficar desesperada e ir a um lugar buscar, sabe.)

Gumperz argumenta que o contraste dos códigos simboliza variados graus de envolvimento do falante na mensagem: declarações em espanhol são personalizadas, enquanto as passagens em inglês são usadas de maneira mais objetiva, indicando mais distância; A fala sobre o seu problema (como parar de fumar) em inglês, mas age com o seu problema (como os cigarros circulam na noite) em espanhol.

3.1.2 O modelo funcional de Appel e Muysken (1987)

Jakobson (1960) propões que para uma comunicação ocorrer são necessários seis fatores: (1) contexto, (2) remetente (emissor), (3) destinatário (receptor), (4) contato/canal, (5) código comum e (6) mensagem. Cada um desses fatores é o foco de uma relação, ou função, entre ele mesmo e a mensagem. Com base nessa relação, o autor propôs seis funções da linguagem: referencial, emotiva, conativa, fática, metalinguística e poética.

A partir dessas funções, o trabalho de Appel & Muysken (1987) apresenta as razões que levam ao fenômeno de *code-switching*:

(1) Referencial

Segundo Grosjean (1982, p. 149), uma das razões dadas pelos bilíngues ao alternarem os códigos é a pouca facilidade que têm em uma língua quando estão falando sobre determinado assunto, como um de seus informantes que relatou a mistura de línguas ao falar sobre “política, ciência ou outros tópicos específicos (...), especialmente os nomes”. No modelo de Appel & Muysken (1987, p. 118) esta é a *função referencial* da alternância de código e, segundo os autores, “este é o tipo de alternância do qual o falante bilíngue está mais consciente”.

Para exemplificar esta função os autores recorrem à fala de uma estudante universitária que alterna entre kikuyu e inglês:

(8) Atiriri ANGLE niati HAS ina DEGREE EIGHTY; nayo THIS ONE ina mirongo itatu. Kuguori, IF THE TOTALSVM OF A TRIANGLE ni ONE·EIGHTY ri IT MEANSTHE REMAINING ANGLE ina ndigirii ruirong mugwanya.⁵

(2) Diretiva

A *função diretiva* de Appel & Muysken (1987) se refere à exclusão ou inclusão de alguém na conversação, razão que será referida novamente neste capítulo na seção que trata do modelo de Grosjean (1982).

Na interação abaixo, relatada por Grosjean (1982, p. 154), uma médica bilíngue em inglês e francês quer informar outra pessoa sobre a gravidade do caso de seu paciente falante de inglês sem que ele perceba:

(9) *Ça me paraît grave.*
(Isso parece grave.)

5

Segundo os autores, este é um exemplo dado por Scotton (1979) e afirmam que “mesmo para pessoas que não sabem kikuyu é fácil entender sobre o que a estudante está falando”. Appel e Muysken (1987) não apresentam tradução para a sentença.

Neste caso, no entanto, o ouvinte excluído da conversação pode imaginar o real motivo da troca de língua.

(3) Expressiva

Segundo Appel & Muysken (1987), a *função expressiva* da alternância de código pode não estar presente em todas as comunidades que alternam códigos. Esta é uma função que serve a um modo de expressão de determinado grupo étnico, como o caso descrito por Poplack (1980): para bilíngues porto-riquenhos fluentes em Nova Iorque, uma conversa contendo troca de código é um modo de expressão desse grupo, por si só; porém, as alternâncias individuais não têm função no discurso.

(4) Fática

A função fática da alternância de código foi chamada de code-switching metafórico por Gumperz (1982), segundo Appel e Muysken (1987, p. 119). Esta função serve para indicar uma mudança de tom na conversação, a fim de enfatizar a informação transmitida. Segundo os autores, um estudo de Sebba e Wooton (1984) documentou esta função enumerando diversos exemplos nos quais um discurso basicamente jamaicano é interrompido por meta-comentários em inglês:

(10) “m;an.... Leonie 'eve party.....WHEN.....DON'T remember WHEN IT WAS bot shi did tel aa o dem no fi (T) se notin....kaaz shi no waan tu moch Catford gyal di de.....an, wan tu.... Neva se notin'.

(5) Metalinguística

A função metalinguística da alternância de código entra em jogo quando são feitos comentários direta ou indiretamente nas línguas envolvidas. Segundo Appel & Muysken (1987), figuras públicas como artistas de circo, diretores, e vendedores do mercado são exemplos de uso dessa função, pois alternam entre códigos para impressionar o interlocutor mostrando suas habilidades linguísticas. No enunciado abaixo, um locutor de rádio indonésio tenta impressionar os participantes inserindo comentários em inglês:

(11) Travolta berencana syuting film di Inggris dan dia juga akan bernyanyi untuk *theme song* nya. *Well good luck John.....*

Travolta planeja rodar o filme na Inglaterra e ele também vai cantar sua *canção tema*. Bem, boa sorte, John.....

(Fonte: THE ANALYSIS OF INDONESIAN ENGLISH CODE SWITCHING BY THE ANNOUNCERS, 2010. Disponível em: <http://download.isi-dps.ac.id/index.php>)

(6) Poética

O uso de trocadilhos, piadas, canções jocosas, entre outros “jogos de linguagem” envolvendo alternâncias caracteriza a função poética da alternância de código. Appel & Muysken (1987) citam como exemplo um trecho de Ezra Pound no qual deuses chineses, rios, imperadores e montanhas são combinados com elementos da Grécia homérica e versos em francês, italiano ou provençal, resultando em uma evocação erudita de todas as civilizações humanas e uma panóplia de sons com rimas complexas entre as línguas:

(12) Yu-chan to pay sycamores
of this wood are lutes made
Ringing stones from Se-choui river
and grass that is called Tsing-mo' or
Chun to the spirit Chang Ti, of heaven
moving the sun and stars
que vos vers expriment vos intenrions
et que la musique conforme

Deve-se ressaltar que a alternância de código nem sempre terá estas mesmas funções para todas as comunidades. Os porto-riquenhos em Nova York podem mudar o código por razões muito diferentes daquelas que levam o Flamengo, em Bruxelas, a alternar. Appel & Muysken (1987, p. 120) afirmam que embora possa ser descrita em termos linguísticos como o uso de várias línguas no mesmo discurso, pode não haver uma definição sociolinguística para a alternância de código. Assim, “a tipologia sociolinguística das comunidades que alternam os códigos, com foco não apenas em

quem alterna, mas também porque as pessoas alternam, é uma das prioridades de investigação para o futuro imediato”.

3.1.3 O Modelo de Marcação de Myers-Scotton

O Modelo de Marcação de Myers-Scotton (1983) baseia-se na premissa de que na conversação “participantes interpretam toda escolha de código em termos de uma teoria natural de marcação”. Como parte da sua competência comunicativa, falantes reconhecem escolhas como não-marcadas ou marcadas de acordo com as normas de sua comunidade de fala: se o falante usa um código inesperado para conseguir um efeito estratégico na conversa, faz uma escolha marcada; se, no entanto, o código escolhido está em conformidade com o esperado para manter uma situação desejada a escolha é não-marcada, que existe em qualquer situação de comunicação.

Segundo a autora, o objetivo da conversação é a negociação de um “grupo de direitos e obrigações” (RO) entre o falante (S) e seu interlocutor (A). Este grupo resulta de traços sociais salientes que as duas partes da interação aceitam reciprocamente, embora nem sempre falante e interlocutor estejam de acordo com seus respectivos direitos e obrigações e demonstrem isso com o código escolhido para a conversação. Um RO não se relaciona com traços sociais como “idade” e “status da ocupação”. Este grupo é “uma construção que representa um conjunto de traços sociais. Seu conteúdo varia porque a seleção de traços sociais salientes varia de interação para interação, ainda que seja entre os mesmos sujeitos. Suas ordens relativas também variam”.

O "Princípio de Negociação" proposto por Myers-Scotton (1983) foi modelado com base no “Princípio de Cooperação” de Grice (1975) e incorpora a argumentação mais forte e central da Teoria de Marcação: todas as escolhas de código podem ser explicadas em termos de motivações do falante. Este modelo propõe, então, que falantes que têm um sentido de marcação sobre códigos linguísticos disponíveis para a interação, porém escolhem os seus códigos com base na relação que querem estabelecer no momento da interação. Para tanto, a autora direciona os falantes a escolherem “a forma de sua conversação para que ela indexe um grupo de direitos e obrigações que deseja estabelecer entre o falante e o ouvinte para a presente interação” (Myers-Scotton, 1983, p. 116).

Com base neste princípio, Myers-Scotton propôs uma série de máximas que explicam as escolhas dos falantes tratadas a seguir:

(1) Máxima da escolha não-marcada

A *máxima da escolha não marcada* estabelece que os falantes escolhem a variedade de código mais esperada como um meio de interação, dadas as normas da sociedade de acordo com os fatores situacionais salientes presentes, como por exemplo falante e destinatário ou assunto e definição. A escolha não marcada é dita mais "segura" em situações cujas regras de relação estão bem definidas, pois indexa uma relação interpessoal já esperada na qual não convêm surpresas. Esta máxima orienta o falante a escolher "o código não-marcado quando quiser estabelecer ou afirmar o grupo de direitos e obrigações associado com a interação convencionalizada" (Myers-Scotton, 1983, p. 120).

Segundo a autora, para muitos falantes bilíngues a escolha não marcada do seu grupo de direitos e obrigações quando estão interagindo com outros bilíngues é "mais do que um código, isto é, code-switching". A alternância de código não tem, portanto, uma única motivação, podendo ser de três tipos: (1) "CS como uma escolha não-marcada", em que cada linguagem utilizada é a escolha não-marcada devido às mudanças sociais ou outras exigências do contexto de conversação; (2) "CS como uma escolha marcada", em que um interlocutor muda os códigos a fim de não cumprir uma norma social ou contextual esperada e (3) "CS como uma escolha exploratória", ou CS para 'explorar' ou 'negociar' a escolha não marcada entre os interlocutores quando a escolha de código não é evidente dada a situação. Em geral, o código não-marcado é a língua matriz (ML), sendo o idioma marcado a língua encaixada (EL).

(2) Máxima da deferência

Esta máxima ordena o falante a "mostrar deferência em sua escolha de código para aqueles de quem deseja algo". Esta máxima sugere que o falante opte por partir de uma escolha não marcada mais clara em uma troca convencionalizada, pois

“a escolha que é feita ao contrário, uma escolha marcada, simboliza um grupo de direitos e obrigações que eleva A de alguma forma: ou S e A parecem mais iguais, ou S parece inferior a A. Com efeito, S está propondo que sua escolha marcada se torne a escolha não-marcada, implicando um novo grupo de direitos e obrigações para a interação.” (Myers-Scotton, 1983, p. 123)

(3) Máxima da virtuosidade

A máxima da virtuosidade ordena o falante (S) a “fazer outra escolha marcada sempre que a habilidade linguística tanto de S quanto de A tornar a escolha não marcada infeliz para um grupo de direitos e obrigações não marcado”. Assim, a proficiência de um falante determina se o código será mantido ou trocado na conversação.

Esta máxima prevê que falantes optam por um código marcado quando não são fluentes no código não-marcado ou quando seu interlocutor não demonstra reciprocidade na escolha não-marcada. Segundo a autora, conversas em língua estrangeira é resultado desta máxima, pois a fluência dos participantes pode motivar a escolha do código.

(4) Máxima da escolha exploratória

Segundo esta máxima S deve “fazer uma escolha exploratória como candidata a uma escolha não marcada em uma interação não convencionalizada”. Esta máxima deve ser operada quando não está claro para o falante qual dos códigos o ajudará em seus propósitos sociais; ele, então, propõe determinado código para estabelecer um grupo de direitos e obrigações que será ou não mantido de acordo com a reação de seu interlocutor à sua escolha. Como referido acima, a escolha exploratória prevê negociação das partes envolvidas na interação, ratificando o princípio no qual a teoria de Myers-Scotton (1983) se baseia.

(5) Máxima de identidades múltiplas

Esta última máxima é uma variação da máxima anterior e orienta o falante a “opcionalmente fazer mais de uma escolha exploratória como metáforas para grupos de direitos e obrigações múltiplos, implicando assim múltiplas identidades para si”. O falante escolhe mais de um código para tentar salientar mais de um grupo de direitos e obrigações e, adicionalmente, negociar identidades múltiplas expondo suas qualidades de falante.

Segundo a autora, em muitas interações, a simbolização linguística das múltiplas identidades é previsível, “falantes frequentemente seguem esta máxima em interações não convencionalizadas porque é mais fácil negociar as identidades múltiplas quando as normas não especificam uma identidade não-marcada”.

Este modelo recebeu críticas para as quais ele exige um grande conhecimento de fatores externos à língua, incluindo pressuposições acerca do que o falante pensa. Ainda que observações etnográficas permitam saber em quais situações os falantes utilizam cada uma das línguas que compõem seu repertório linguístico, Auer (1995) afirma que estudos empíricos não conseguiram revelar a forte correlação entre determinadas línguas e os atos de fala previstos pelo Modelo de Marcação.

Apesar disso, o modelo de Myers-Scotton é um dos mais influentes e o mais plenamente desenvolvido modelo de motivações para a alternância de código. A autora continua refinando sua teoria em consonância com atuais pesquisas sobre o contato de línguas (Myers-Scotton 1998; Myers-Scotton e Bolonyai 2001) e a teoria padrão da linguística (Myers-Scotton e Jake 2001; Jake, Myers-Scotton e Gross 2002).

3.3 As motivações propostas por Grosjean (1982)

Segundo Grosjean (1982, p. 152), “embora muitas instâncias da alternância de código possam ser explicadas pela falta de terminologia em uma língua, a 'palavra mais disponível', o hábito, o acionamento, muitas outras envolvem estratégias verbais e comunicativas específicas”. O autor ressalta que, em determinados momentos, a troca do código é conveniente para informações semanticamente significativas.

Grosjean (1982) apresentou, então, algumas razões principais que explicam a alternância de código. Entre essas estão: (1) o preenchimento de uma necessidade linguística por um item lexical, sintagma, marcador discursivo ou substitutivo de sentença; (2) a continuação do uso da última língua utilizada; (3) a citação de alguém; (4) a especificação do interlocutor; (5) a qualificação da mensagem no sentido de amplificá-la ou enfatizá-la; (6) o destaque ou a ênfase à identidade do grupo (solidariedade); (7) a transmissão de confidencialidade, raiva ou irritação; (8) a exclusão de alguém da conversação; (9) a troca do papel do falante: aumentando-lhe o *status*, adicionando-lhe autoridade.

Todos os modelos apresentados acima são teorias desenvolvidas numa abordagem sócio-pragmática da alternância de código. Ou seja, formuladas com base na interação entre indivíduos. Como ratificado diversas vezes neste trabalho, os dados que compõem seu corpus de análise se constituem de narrativas orais tradicionais do povo parkatêjê, contadas a pesquisadoras monolíngues em português. Embora essas histórias tenham sido gravadas com a intenção de repassá-las à comunidade, não se trata de

interações do ponto de vista da interlocução, não há troca entre as partes do discurso, pois ele se constitui de uma parte apenas, o narrador.

Assim, os dados foram analisados com base em três das razões de Grosjean (1982), as quais se pautam mais na estrutura do que no contexto do que está sendo dito: (1) preenchimento de uma necessidade linguística por um item lexical, sintagma, marcador discursivo ou substitutivo de sentença; (2) a continuação do uso da última língua utilizada; e (3) qualificação da mensagem no sentido de amplificá-la ou enfatizá-la.

Alguns exemplos apresentados nesta seção serão novamente mencionados e discutidos no capítulo seguinte, verificando os ambientes ocorrem e em que tipo de alternância, segundo o modelo de Poplack (1980), encaixam-se. Nesta seção, os trechos são analisados a partir da perspectiva sócio-pragmática, especificamente por algumas razões deste conjunto de funções propostas por Grosjean (1982).

(1) O preenchimento de uma necessidade linguística por um item lexical, sintagma, marcador discursivo ou substitutivo de sentença

Reforça-se aqui a afirmação feita no capítulo anterior sobre indivíduos bilíngues que “alternam quando não encontram uma palavra ou expressão apropriada ou quando a língua que estão usando não possui os itens ou traduções apropriadas ao vocabulário de que precisam” (Grosjean, 1982, p. 150):

“Eu costumo usar ambas as línguas quando estou cansado ou preguiçoso, como uma maneira simples quando eu não consigo encontrar uma palavra na língua que estou usando” (Grosjean, 1982, p. 150).

O exemplo abaixo traz uma alternância que preenche uma necessidade linguística do falante parkatêjê:

- (13) Mũ amẽ *vinte e cinco* kãm anẽ ita jê mamkatêjê
Eu vi [a guerra] dos antigos do vinte e cinco.

Essa alternância não é resultado apenas de uma necessidade linguística do falante resultante do contato com o não-índio. Essa troca para o português só foi possível devido à interferência no território dessa comunidade, pois o “vinte e cinco” a que ele se refere é a forma comumente utilizada para referir-se à localização do outro povo na rodovia. Observando-se o português regional empregado nos arredores da

aldeia, verifica-se que está é a forma empregada na região para fazer menção a um lugar. No município de Morada Nova próximo a Marabá, por exemplo, diz-se comumente: “Vamos até o *quarenta* comprar sabão” ou “ No *doze* tem farmácia.” Os numerais referem-se ao quilômetro.

A necessidade de designar novos conceitos, refletir as influências políticas, tecnológicas, culturais e até econômicas que uma cultura e, conseqüentemente, uma língua sofrem é outro fator envolvido na mudança do código:

- (14) Mpo ita to dinheiro nã to mã apa pê
Trabalhei para ganhar dinheiro.

- (15) Rỳ hỳ hõpũ mã mpo ita to dinheiro nã
Eu estava vendo [ganhando] muito dinheiro.

- (16) Mari ito *escola* nã ita *estudar* itan

- (17) *Até como* kupẽ to *livro*
Até como o não-índio, fazer livro.

- (18) *Feriado* ita ton kãmã amji pê kaka
Não quero respeitar o feriado [porque não tinha para os índios].

- (19) *Semana santa* mẽ ipê jamrẽre.
Semana santa nós não tínhamos.

Nos casos de (14) a (19) lacunas lexicais de parkatêjê foram preenchidas com termos de português, alternância motivada pelo novo contexto de contato com a língua portuguesa em que vive a comunidade.

Como já mencionado, na troca de línguas estão envolvidos fatores pragmáticos e semânticos. Em alguns casos palavras de uma língua expressam com mais clareza ou são mais adequadas à ideia à qual o falante quer se referir; e ele, então, opta pela troca (Grosjean 1982, p. 150):

- (20) Amtỳ nã mẽ ikỳre *governo chefe* nã
Como faz o governo, prepara o chefe.
- (21) Kãmã apte anẽ tanẽ hikitire aite mã *caboco* nãre tũm nã
Eu não sei [escrever] porque eu sou caboclo [índio].
- (22) Tamri kitare mejõ *capitão* nã inxu nã
Ele [Deus/Jê] é nosso capitão, nosso pai.

Na seção dedicada à alternância dentro dos constituintes, notar-se-á que grande parte das alternâncias encontradas se constitui de nomes. Esta razão, que é a primeira da tabela de Grosjean (1982), parece explicar por que isso ocorre.

(2) Continuação do uso da última língua utilizada (*triggering*)

Para Grosjean (1982) uma palavra enunciada em uma língua diferente daquela em que a interação ocorre aciona essa outra língua para que o discurso continue nela, como ocorre com as sentenças combinadas que iniciam em parkatêjê e terminam em português e vice-versar:

- (23) Parkatêjê nã mũ hũ hikitire kanã apte he ane tanẽ, *mas eu quero fazer história*, ityjà mẽkwỳ.
- (24) Me pohy krẽ, me kahy krẽ... *Porque já derrubaram o pé.. Aí acabou, acabou mesmo...*
Eles comeram milho, eles comeram amendoim... Porque já derrubaram o pé... Aí acabou, acabou mesmo...
- (25) Pyt nã kate... *Partiu... Com força... Aí quebrou... Matou criança... Aí, por isso a mulher perde criança... Aí ele xingou...* Nkryk. Nã kaka. *Aí ele não fez casal não. Só Pyt que to ne nã...*
O Sol bateu... partiu... com força... Aí quebrou...Matou criança...Aí, por isso a mulher perde criança...Aí ele xingou... Aborrecido. E não quer. Aí ele não fez casal não. Só Sol que fez...

A primeira teoria de acionamento foi proposta por Clyne (1967, 1972, 1977, 1980), segundo a qual as palavras que tendem a ser alternadas são aquelas que vêm imediatamente precedendo um termo cognato, ou imediatamente após ele. Essa hipótese prevê uma relação entre a presença de palavras de acionamento e a ocorrência de alternância de código: a produção de uma palavra de acionamento leva à confusão, resultando em code-switching.

Em Clyne (2003) o autor define que as palavras de acionamento são aquelas que contêm alguns itens: (1) transferências lexicais – itens pertencentes a uma língua que também se tornaram parte do léxico de outro idioma do falante; homófonos bilíngues; e nomes próprios. Fazendo modificações em sua teoria, o autor afirma que é mais apropriado falar de facilitação léxica do que em acionamento; assim como fatores estruturais e sociolinguísticos, podem desempenhar um papel na ocorrência de uma code-switching.

Prosódia e sintaxe também podem afetar o nível de escolha das palavras. Como no trecho abaixo, em que o falante narra o discurso direto em português com certa entonação, provavelmente para ser fiel à fala original:

(26) Amji kapi kary ri nã pia hõ pêpia apiri apu nã wỳ: Jê, quero também, quero também fazer índio.

Dizem que ela pra se testar continuou pedindo de novo: Jê, quero também... quero também... Fazer índio.

(3) **Qualificação da mensagem no sentido de amplifica-la ou enfatizá-la**

Outra função da alternância de código é, segundo Grosjean (1982, p. 152), a qualificação da mensagem.

No exemplo abaixo, ainda que a língua apresente um correspondente para o temo alternado, o falante opta pela alternância:

(27) Anênã kupẽ *proibido* ita kupẽ to

També, [na língua do não-índio] o não-índio chama proibido.

Gumperz (1982) também apresentou a qualificação da mensagem como uma das razões para a alternância entre códigos e, segundo Romaine (1995, p. 163),

“Embora Gumperz (1982) não discuta este tipo de alternância em termos das noções de tópico e comentário, nota-se que muitos exemplos podem ser pensados como uma demarcação da distinção entre estas duas partes do discurso. Um tópico será introduzido em um idioma e comentado ou mais qualificado em outro.” (Romaine, 1995, p. 163)

Como nos exemplos abaixo:

- (28) É... A dança kupê têkjê
É... A dança, coisa do não-índio.
- (29) A bola kupê têkjê
A bola, coisa do não-índio.
- (30) Escola kupê têkjê
A escola, coisa do não-índio.

Como mencionado, estas três razões do modelo de Grosjean (1982) foram selecionadas por terem a estrutura do enunciado como base. Abaixo são apresentadas as outras motivações propostas pelo autor, as quais consideram o contexto em que a interação ocorre.

3.3.1 As outras razões de Grosjean (1982)

Segundo Grosjean (1982), o code-switching é uma ferramenta que transmite informações linguísticas e sociais, além de indicar as intenções comunicativas do falante. Por isso, outras razões para a alternância de código, baseadas nas atitudes do falantes fazem parte do modelo do autor.

(1) Citar alguém

Esta função é semelhante à função de citação de Gumperz (1982), reportada acima, na qual as alternâncias são citações diretas sendo fiel ao que foi originalmente produzido:

- (31) Esloveo – Alemão

Pa vaguta ja tudi reku mənə učera: *also a hektar hob i gel also i bin gewilt.*

(E Vaguta me disse ontem: tenho mais ou menos um hectare, então estou disposta.)

(2) Especificar o interlocutor

Novamente, Grosjean (1982) aponta uma função também proposta por Gumperz (1982): utilizar a alternância de código para especificar um dentre os interlocutores presentes no contexto de fala.

(32)

A: Sometimes you get excited and then you speak in hindi, then again you go on to English.

(De vez em quando você fica excitado e então fala hindi, e depois continua em inglês)

B: No nonsense, it depends on your command of English.

(Não faz sentido, depende do seu domínio do inglês)

B: [logo em seguida se dirigindo a um terceiro participante, que acabou de atender a campainha] *Kən hai bai?*

(Quem é?)

(3) Especificar o envolvimento do falante (personalizar a mensagem)

Esta razão se relaciona à *personalização versus objetivação* proposta por Gumperz (1982): a utilização de mais de um pode enfatizar variados graus de envolvimento do falante na mensagem. Grosjean (1982) cita o mesmo exemplo apresentado anteriormente neste trabalho, no qual uma pessoa fala sobre o seu problema em inglês, mas age com o seu problema em espanhol:

(33)

A: ... they tell me "How did you quit Mary?" I don't quit I... I just stopped. I mean it wasn't an effort that I made. *Que voy a dejar de fumar por que me hace daño?* this or tha', uh-uh.

(... eles me dizem "Como você saiu Mary?" Eu não saí... Eu simplesmente parei. Quero dizer que não era um esforço que eu fiz, que vou deixar de fumar porque me causa algum dano, que isso ou que aquilo, uh-uh.

(4) Marcar e enfatizar a identidade do grupo (solidariedade)

Grosjean (1982) cita que a interpretação de Gumperz (1982) sobre o envolvimento do falante com a língua se relaciona a outra situação de alternância de código, na qual a língua majoritária é associada a situações mais formais e relações menos pessoais dentro de uma comunidade, ao passo que a língua minoritária se relaciona a atividades informais e é a língua utilizada dentro do grupo. Isso leva Grosjean (1982) a apontar que uma alternância dentro da língua minoritária pode significar solidariedade de grupo.

Na interação abaixo dois falantes méxico-americanos se encontram pela primeira vez:

(34)

Mulher: Well, I'm glad that I met you. OK?

(Bom, Prazer em conhecê-lo. OK?)

Homem: *Andale, pues*, and do come again. Mm?

(OK. E volte novamente. Hum?)

Neste caso, a expressão em espanhol indica, segundo o autor, que ainda que sejam estranhos, o homem sugere que os dois podem se conhecer melhor, pois vieram do mesmo lugar.

(5) Transmitir confidencialidade, raiva, irritação

Um dos informantes de Grosjean (1982, p. 150) afirma em seu depoimento:

Quando eu falo com outro bilíngue russo-inglês, eu não falo tão cuidadosamente e as línguas geralmente se misturam. Isso também acontece quando estou cansado ou agitado ou com raivoso.

O autor também relata que em uma comunidade porto-riquenha de Nova Jersey, as mães dão ordens aos filhos em inglês sinalizando que estão irritadas.

(6) Excluir alguém da conversação

Uma das formas de falar algo confidencial com uma pessoa bilíngue quando outros estão no mesmo ambiente em que a interação ocorre é trocar a língua. Na função diretiva, Appel & Muysken (1987) exemplificaram uma situação em que isso ocorre. Myers-Scotton & Ury (1977) apresentaram um exemplo que, segundo Grosjean (1982, p. 154), é um bom exemplo dessa função. Cinco homens estão conversando sobre abrir um negócio; um dos membros julga que a quantia proposta é alta. Então, sabendo que este membro não entende inglês, o presidente informal do grupo comenta:

(35) Mumanye khwenya mapesa manyisi. *Two thousand shillings should be a minimum. Anyone who can't contribute four hundred shillings shouldn't be part of this group. He should get out.*

(Você sabe que precisamos de muito dinheiro. Dois mil xelins deve ser o mínimo. Quem não pode contribuir com quatrocentos xelins não deveria ser parte deste grupo. Ele deveria sair.)

Segundo Scotton (1979, apud Grosjen, 1982) o presidente não apenas ignorou o outro membro, mas pretendia também receber o apoio dos membros falantes de inglês, e mais ricos, afastando aqueles que não podiam investir altos valores sem insultá-los diretamente.

Excluir alguém da conversação dessa forma, que é muito utilizada por pais bilíngues de crianças monolíngues, pode também causar constrangimento quando o excluído compreende a língua da troca.

(7) Trocar o papel do falante: aumentar o status, adicionar autoridade, mostrar expertise

Grosjean (1982) explica esta função com o exemplo de Scotton e Ury (1977), no qual passageiro e condutor discutem no ônibus:

(36)

Passageiro: Nataka change yangu.

(Eu quero meu troco)

Condutor: Change utapata, Bwana.

(Você vai receber seu troco, senhor.)

Passageiro: *I'm nearing my destination.*

(Estou chegando ao meu destino.)

Condutor: *Do you think I could run away with your change?*

(Você acha que eu fugiria com seu troco?)

Os autores explicam que o inglês é a língua da elite educada no Quênia. Por isso, para mostrar autoridade e trocar seu status em relação ao condutor, o passageiro alterna para o inglês certo de que terá o que pede. O condutor, no entanto, responde em inglês para re-estabelecer a igualdade.

Este capítulo abordou os principais modelos que dão conta das razões pelas quais os bilíngues alternam os códigos, apresentando-se três razões que podem explicar as ocorrências de code-switching entre português e parkatêjê nas narrativas encontradas. O próximo capítulo se dedica à descrição dos padrões de ocorrência desse fenômeno do ponto de vista estrutural, ou seja, em que lugar na frase os códigos são alternados e quais constituintes integram essas alternâncias.

Alternância de código nas narrativas parkatêjê:

onde as trocas ocorrem

No capítulo anterior a alternância de código foi definida como “a alternância de duas línguas em um discurso, uma sentença ou um constituinte” (Poplack 1980a, p. 583). Neste capítulo, os dados selecionados contendo alternância de código entre parkatêjê e português, extraídos de narrativas orais tradicionais do povo indígena, passam a ser apresentados e classificados de acordo com as teorias de Grosjean (1982) e Poplack (1980).

Diversas são as razões que levam um bilíngue a alternar os códigos na comunicação; uma delas está ligada à facilidade de conversar sobre determinado assunto em uma das línguas. Segundo Grosjean (1982, p. 150), bilíngues afirmam que alternam os códigos quando “não encontram palavras ou expressões ou quando a língua que estão usando não tem os itens ou traduções apropriadas para o vocabulário de que precisam”. Por exemplo, no Brasil, os condomínios residenciais comumente têm “playground”, palavra da língua inglesa que não possui a mesma conotação de “parque”, termo traduzido para o português, por isso o termo é utilizado na língua estrangeira. Esta seria a explicação para o seu uso.

O *code-switching*, no entanto, não apenas preenche uma necessidade linguística momentânea do bilíngue. Para Grosjean (1982, p. 152), a troca de códigos é tão significativa quanto uma escolha lexical, “é uma estratégia verbal, usada da mesma maneira que um escritor habilidoso pode mudar estilos em uma historinha”. A alternância de código indica ao ouvinte as atitudes momentâneas, comunicativas e emocionais do falante, sendo uma importante ferramenta de transmissão de informação linguística e social.

Segundo o esquema de escolha linguística de Grosjean (1982) apresentado no capítulo anterior, ao se comunicar com um interlocutor que também domina duas línguas o bilíngue primeiro decide qual dos códigos será a língua de base e depois se irá utilizar alternâncias. Nesse contexto, o que levaria bilíngues a alternar ou emprestar palavras de uma língua para outra? Por que alguns termos são adaptados à língua de base e outros são mantidos com sua forma original? E por que alguns bilíngues optam

pelo empréstimo e outros pela alternância de códigos? Para alguns pesquisadores a explicação está na fluência/domínio dos códigos pelo bilíngue: indivíduos não-fluentes emprestam termos da língua que dominam menos e alternam dentro da língua que dominam mais, ao passo que bilíngues fluentes alternam os códigos nas duas línguas. Outros apontam que, em situações de conservativismo da língua, bilíngues alternam para indicar que estão usando termos de outra língua conscientemente, já em um ambiente propício a misturas optarão pelos empréstimos. Grosjean (1982, p. 310) aponta uma outra possibilidade: um termo entra na língua primeiramente como alternância e à medida que é usado repetidamente, os bilíngues lentamente o adaptam à fonologia e à morfologia da língua de base. Segundo o autor, é verdade que, enquanto alguns bilíngues preferem alternar os códigos, outros preferem emprestar; também convém dizer que certos elementos são mais empregados como alternância do que como empréstimo; mas as razões para isso ficam a cargo dos estudos aprofundados.

Considerando fatores pragmáticos e semânticos, Grosjean (1982, p. 152) propôs algumas razões pelas quais bilíngues alternam entre os códigos: (1) o preenchimento de uma necessidade linguística por um item lexical, sintagma, marcador discursivo ou substitutivo de sentença; (2) a continuação do uso da última língua utilizada; (3) a citação de alguém; (4) a especificação do interlocutor; (5) a qualificação da mensagem no sentido de amplificá-la ou enfatizá-la; (6) o destaque ou a ênfase à identidade do grupo (solidariedade); (7) a transmissão de confidencialidade, raiva ou irritação; (8) a exclusão de alguém da conversação; (9) a troca do papel do falante: aumentando-lhe o status, adicionando-lhe autoridade, demonstrando expertise.

Estas razões motivadas pelo contexto de fala demonstram que, de um modo geral, os bilíngues estão cientes de que alternam os códigos; entretanto, assim como monolíngues, concentram-se no que está sendo dito, não em como o dizem e provavelmente não podem afirmar com que frequência fazem isso. Fazer um bilíngue que alterna os códigos ter ciência da alternância é, para Grosjean (1982, p. 311), como fazer uma pessoa ter consciência do fenômeno de hesitação:

“por um curto período a pessoa tenta não hesitar, e o bilíngue tenta não alternar o código, mas a conversa começa de novo e o conteúdo torna-se primordial, a pessoa já não ouve as hesitações e o bilíngue não está mais consciente de cada alternância ou empréstimo”. Grosjean (1982, p. 311)

A alternância de códigos não é um defeito decorrente de conhecimento insuficiente de uma língua ou de outra, não representa um desgaste de habilidade linguística; é uma habilidade verbal que requer elevado grau de competência em mais

de uma língua. Para Poplack (1980, p. 581) é “efetivamente um indicador sensível da capacidade bilíngue”.

Antes de ser considerada uma característica de bilíngues com alto grau de competência nas duas línguas, a alternância de código era vista como um fenômeno de ocorrência randômica para o qual “ninguém foi capaz de mostrar que tais alternâncias rápidas são governadas por quaisquer regras ou restrições sintáticas e devemos, portanto, descrevê-las como a mistura irregular de dois sistemas distintos” (Labov, 1971, p. 547). Poplack (1980, p. 585) aponta Lance (1975) como autor de um desses trabalhos que não considerava a existência de restrições sintáticas às trocas.

Atualmente, ainda que haja divergências sobre a natureza das regras envolvidas na alternância de códigos, diversas pesquisas e modelos se voltam à sistematicidade do fenômeno. O quadro abaixo apresentado por MacSwan (1997, p. 68) apresenta os principais modelos de restrição para tratar da alternância entre inglês e espanhol. Alguns destes serviram de base para que outros, como o de Poplack (1980) utilizado neste trabalho, fossem elaborados:

<i>Item ref #</i>	<i>Descriptive boundaries (+ = code switch)</i>	<i>Reported in ...</i>	<i>in disagreement with ...</i>
1a	<i>because + CP</i>	Gumperz (1976)	Poplack (1981) Sankoff and Poplack (1981) Mahootian (1993)
1b	<i>conj + CP</i>	Gumperz (1976)	Poplack (1977) McClure (1981)
2	<i>that + IP</i>	Belazi, Rubin and Toribio (1994)	Bentahila and Davies (1983) Mahootian (1993)
3a	<i>have + VP</i>	Belazi, Rubin and Toribio (1994)	Di Sciullo, Muysken and Singh (1986)
3b	<i>modal + VP</i>	Belazi, Rubin and Toribio (1994)	Di Sciullo, Muysken and Singh (1986)
3c	<i>to + V</i>	Timm (1975)	Lipski (1978) Poplack (1981) McClure (1981)
3d	<i>Aux + V</i>	Timm (1975)	Lipski (1978) Poplack (1981) McClure (1981) Mahootian (1993)
3e	<i>Neg + V</i>	Timm (1975)	undisputed
4a	<i>Q + NP</i>	Belazi, Rubin and Toribio (1994)	Bentahila and Davies (1992) Mahootian (1993)
4b	<i>Demonstrative + NP</i>	Belazi, Rubin and Toribio (1994)	Nishimura (1985) Bentahila and Davies (1992) Mahootian (1993)
4c	<i>Article + NP</i>	Belazi, Rubin and Toribio (1994)	Brown (1986) Bentahila and Davies (1992) Mahootian (1993)
4d	<i>Complex D + NP</i>	Wentz (1977)	Poplack (1981)
5a	<i>N + Adj (Adj from Adj-N language, N from N-Adj language)</i>	Gumperz (1976) Lipski (1978) Belazi, Rubin and Toribio (1994)	Bokamba (1989) Mahootian and Santorini (1996)
5b	<i>Adj + N (Adj from N-Adj language, N from Adj-N language)</i>	Belazi, Rubin and Toribio (1994)	Poplack (1981)
6a	<i>Subject pronoun + V</i>	Timm (1975) Gumperz (1976) Lipski (1978)	Poplack (1981) Mahootian (1993) Bentahila and Davies (1983)
6b	<i>V + object pronoun</i>	Timm (1975) Gumperz (1976) Lipski (1978)	Poplack (1981) Mahootian (1993)
6c	<i>clitic + V or V + clitic</i>	Timm (1975)	undisputed
6d	<i>Gapping constructions with Aux second V switched (marginal)</i>	Gumperz (1976)	Poplack (1981)
7	<i>A switch involving a bound morpheme</i>	Poplack (1981) Sankoff and Poplack (1981)	Nishimura (1985) Mahootian (1993) Myers-Scotton (1993b)

Quadro 6: Principais modelos de restrição para alternância entre inglês e espanhol.

Os modelos acima mostram que a alternância de código ocorre com sistematicidade, mas não se voltam aos aspectos gramaticais envolvidos no fenômeno. A primeira proposta a apresentar os pontos específicos em que os códigos são alternados é de Poplack (1980, 1981), na qual a autora sugere duas restrições sintáticas e descreve dez pontos em que sua informante troca de uma língua para outra.

O modelo de restrição de Poplack (1981) foi proposto em um estudo da autora sobre a configuração linguística da alternância de códigos uma das mais antigas comunidades porto-riquenhas dos Estados Unidos, *El Barrio*. Segundo a autora os residentes podem ser divididos em redes sociais cuja composição é definida, entre outras coisas, pelo uso público da língua: algumas dessas redes usam predominantemente o espanhol; outras, o inglês; e há ainda aqueles que usam uma mistura dos dois, operando com *code-switching*, fenômeno que integra as normas dos discursos na Rua 102 da comunidade:

“todo mundo parece para fazê-lo [*code-switching*] até certo ponto, embora seja tão raro na fala de alguns falantes que escapa completamente de observações e só pode ser encontrado através de transcrição meticulosa de discurso gravado. Por outro lado, é tão frequente na fala de outros que a impressão do observador é que isso é um fenômeno constante.” (Poplack, 1981, p 169).

Os tipos de alternância de código encontrados pela autora na Rua 102 de *El Barrio*, bem como sua sistematicidade e frequência de uso, são os fundamentos para descrição e classificação das ocorrências do fenômeno nas narrativas orais coletadas na comunidade indígena parkatêjê, apresentadas a seguir.

4.1 Tipos de alternância de código

Segundo Poplack (1981, p. 170), há divergências na literatura a respeito do que é *code-switching* verdadeiramente. Assim como no estudo da autora na comunidade El Barrio, nesta dissertação a alternância de código é definida de acordo com o grau de adaptação à outra língua.

Na análise de Poplack (1981), se um item da L1 está completamente adaptado à fonologia e morfologia da L2, a autora considera que houve integração total, como nos exemplos abaixo apresentados no estudo, nos quais os itens destacados, pertencentes ao inglês, quando alternados, entram na sentença fonologicamente adaptados ao espanhol:

(37) Vendre *straight* [ʔ tre] del trabajo pa'l bloque. (Eu virei direto do trabalho para o bloco)

(38) Yo *jangueo* [haŋ'geo] en la ciento quince. (Eu saio na Rua 115)

(39) Tabanos una nota bien *jevi* [he'βi]. (Estávamos em uma vibe pesada)

Os termos seguiram as regras fonológicas, morfológicas e sintáticas da variante porto-riquenha de espanhol – *straight* seguiu a regra de glotalização atestada no Caribe, comum em posição interna na palavra; *hang out* (jangueo), tornou-se vocábulo único; e *heavy* (jevi) ocupa a posição ditada pela regra para os adjetivos – e não fizeram parte da análise de Poplack, pois não são vistos como instâncias de *code-switching*.

Já exemplos como o mostrado em (4), em que há falta de adaptação aos padrões de uma língua aos padrões da outra, Poplack considera como *code-switching*:

(40) *You didn't have to worry* que somebody te iba a tirar con cerveza o una botella *or something like that*. (Você não tem que se preocupar que alguém possa atirar cerveja ou uma garrafa em você ou alguma coisa do tipo)

Na Rua 102 de El Barrio, Poplack encontrou três tipos de alternância de código. O primeiro está relacionado ao controle que o falante tem da L2, quanto menos ele conhece a outra língua, menos as alternâncias que ele realiza estarão estruturalmente integradas em sua fala. No caso da comunidade porto-riquenha, aqueles que consideram o espanhol como a língua na qual se sentem mais seguros tendem a alternar para o inglês com *tags*, formas imutáveis ou expressões idiomáticas.

Nas narrativas parkatêjê selecionadas para esta dissertação, as formas *tag* “aí” e “né”, da língua portuguesa, aparecem com frequência, como em:

(41) Kãmã apanêre, né
Fica calado, né?

(42) Aí fica...jÿn aiku kô pupũn ne aiku kaprĩre jÿn

Aí fica... Sentado olhando a água, sentado triste

(43) *Aí...wa pupũn wa tapa nẽmẽ wa tapa tojapakti*

Aí... Eu vi, eu estava saudoso porque eu saudoso lembro

(44) *Mẽ amji mã apà toipa mẽkwý kawrà mẽ mẽkêtêjê mẽ né*

Eu me lembro de todos os meus parentes já falecidos, todos os meus parentes já morreram, né?

(45) *Ijõkre assim jũ mũ jakre inõre pa wa pê pa aprender*

Minha cantiga, assim, ninguém me ensinou, eu aprendi sozinho por mim mesmo

Segundo Oliveira (2006, p. 33),

“como os *tags* estão sujeitos a restrições sintáticas mínimas, eles podem ser inseridos em diversas posições num enunciado monolíngue sem violar regras sintáticas; portanto este tipo de alternância pode ser produzido mesmo quando o falante possui conhecimento limitado da língua estrangeira”.

Outro tipo de alternância descrito por Poplack (1981) é o que autora chama de alternância de nome, na qual apenas um substantivo da outra língua é inserido no discurso. Este tipo de alternância será tratado mais adiante, na subseção dedicada às trocas de uma língua para outra nesta classe.

Um terceiro tipo de alternância, mais frequente que a inserção de tags e de nomes, foi encontrado pela autora em grandes proporções: alternância intrassentencial, na qual o falante opera as duas línguas na mesma frase. Este tipo ocorre em (4) e no exemplo abaixo entre parkatêjê e português:

(46) *Pyt nã kate... Pariu... Com força... Aí quebrou... Matou criança... Aí, por isso a mulher perde criança... Aí ele xingou... Nkryk. Nã kaka. Aí ele não fez casal não. Só Pyt que to ne nã.*

O Sol bateu... Pariu... Com força... Aí quebrou... Matou criança... Aí, por isso a mulher perde criança... Aí ele xingou... Aborrecido. E não quer. Aí ele não fez casal não. Só o Sol que fez...

Os tipos de *code-switching* encontrados no El Barrio foram divididos por Poplack (1980) em três tipos, que vão do que exige menos domínio da L2 pelo falante, ao que precisa de fluência nas duas línguas: *tag-switching*, mostrado em (5), (6), (7) e (8); *code-switching* inter-sentencial e *code-switching* intrassentencial.

A alternância intersentencial se dá no nível do período, demandando maior domínio da segunda língua por parte do falante, que deve se adequar às regras gramaticais das duas línguas. Neste tipo de alternância, a sentença inicia em uma língua e termina em outra:

(47) Amji kapi karyri nã pia hõ pê pia apiri apu nawỳ. Jê, quero também...

Quero também... Fazer índio.

Dizem que ela continuou pedindo de novo: Jê, quero também... quero também... fazer índio.

As alternâncias intersentenciais serão apresentadas mais adiante, porém chamadas de sentenças combinadas, seguindo a nomenclatura de Poplack (1981).

O outro tipo de alternância, intrassentencial, pode ocorrer no meio ou em partes de frases, exigindo uma maior competência linguística do falante, o qual não deve infringir as regras sintáticas de nenhuma das línguas envolvidas.

(48) Me pê mẽkwàrà é o memo mejõkrepõì nã kre
As cantigas do Mẽkwârâ são as mesmas do Mějõkrepõì

(49) kupe têkiê, mã mej têkiê mpa aiku me *respeitar só* me ikra *ou como* hõ kitare...

As coisas do não-índio e as nossas coisas, nós respeitamos só nossos filhos ou como as coisas deles mesmo...

Esta alternância que ocorre dentro dos constituintes é a de maior frequência de ocorrência nas narrativas parkatêjê. Porém, não somente nos dados selecionados para esta dissertação, este tipo de troca é o mais comumente encontrado. Com base em análises quantitativas sobre as ocorrências intrassentenciais, Poplack (1981) propôs

duas restrições linguísticas gerais para a alternância de códigos, as quais se complementam: *Restrição de Morfema Livre* e *Restrição de Equivalência*. As duas restrições juntas são suficientemente gerais para dar conta de todas as instâncias de alternância nos dados examinados, porém não parecem tão fortes para generalizar as instâncias de não-ocorrência do fenômeno, embora os resultados dos estudos de Poplack sugiram que é possível prever onde é mais provável que ocorra alternância e também onde não ocorrerá.

4.2 Restrição de Morfema Livre

A Restrição de Morfema Livre estabelece que “é possível alternar qualquer constituinte no discurso, desde que este seja um morfema livre” (Poplack, 1981, p. 183). Entre inglês e espanhol, a autora cita o exemplo (18), no qual uma alternância pode ocorrer após qualquer morfema livre da sentença:

(50) I / told him / that / so that / he would bring it / fast.

I told him that pa' que la trajera ligero.

(yo) Ie dije eso pa' que la trajera ligero.

A alternância pode ocorrer também entre um morfema fixo e uma forma lexical fonologicamente integrada à língua desse morfema. Isso explica o uso da palavra “escanear” em português, que combina o verbo “scan” do inglês, adaptado fonologicamente à língua portuguesa, com o morfema /-ar/ que designa os verbos primeira conjugação em português.

Em parkatêjê, uma combinação deste tipo foi encontrada com frequência:

(51) Nã ijõt pê amjĩ *jõlei* to ho pà nã ikakru apte wÿr ikakôk

Eu me lembro da minha lei, não era assim não, era respeitada.

(52) Kupẽ chama *a lei* nã aite mẽ *jõlei*

O não-índio chamada “a lei”, nós tínhamos também nossa lei.

(53) Aiku mẽ *ijõlei* ele mũ aiku maipẽn têtê kãmã

Minha lei, naquele tempo, era bem segura.

(54) Ikakrã apte *jõlei* ijuahi

Só eu seguro nossa lei.

Nos exemplos de (51) a (54) a alternância só é possível porque “lei” está integrada ao parkatêjê, pelo menos no campo da semântica. De acordo com Poplack (1982, p. 175) “nenhuma palavra com morfologia das duas línguas pode existir sem antes ter a raiz integrada à língua do sufixo fonologicamente e semanticamente”. Ainda não se pode falar em integração fonológica de “lei” ao parkatêjê, uma vez que, apesar de estar nos padrões silábicos da língua (CVV), ocorre com uma consoante não existente no quadro fonológico da língua, a lateral /l/.

Segundo Ferreira (2003, p. 48), em parkatêjê distinguem-se três subclasses de nomes: a) nomes não-possuíveis, que estão “relacionados a nomes de pessoas, a nomes de plantas e a fenômenos da natureza em geral”; b) nomes alienavelmente possuídos, que, em sua maioria, estão relacionados a objetos da cultura material e podem ou não ocorrer precedidos do possuidor; e c) nomes inalienavelmente possuídos, como termos de parentesco, partes do corpo e partes de um todo.

Para expressar posse em parkatêjê, nome possuído e nome possuidor constituem um sintagma genitivo, o qual “pode apresentar pequenas diferenças em sua constituição que dependem do fato de o nome ser alienável ou alienavelmente possuível” (Ferreira, 2003, p. 48).

Os nomes da subclasse de não-possuíveis não ocupam o núcleo da locução genitiva e nunca ocorrem precedidos de um possuidor, pois não há como expressar posse.

Nomes alienavelmente possuídos podem ocorrer em relações genitivas segundo a estrutura abaixo:

SN

Pro [Rel- ã SN]

O nome possuidor, que pode ser expresso por um sintagma nominal (SN) ou pelos pronomes dependentes (Pro) da língua, não ocorre imediatamente antes do núcleo,

nome possuído; então, “na formação dessa locução genitiva ocorrerá o prefixo relacional {3-} anexado ao nome de posse genérica ã”:

- (55) Piare j- ã krwa
 NPr Rel- Pos flecha
 Flecha do Piare

Para os nomes da subclasse de inalienavelmente possuídos, os quais podem ocorrer com o possuidor imediatamente antes, a estrutura apontada por Ferreira (2003) é:

SN
Pro [Rel- SN]

- (56) i- j- in
 1- Rel- fezes
 Minhas fezes

Ao comparar as estruturas de nomes alienável e inalienavelmente possuídos em parkatêjê com os dados apresentados de (51) a (54), nota-se que o falante expressa o possuidor de “lei” seguindo a estrutura de nomes alienavelmente possuídos:

- (57) i- j- ã lei
 1- Rel- Pos lei
 Minha lei

Semanticamente, no entanto, entende-se que as leis/tradições de um povo são bens imateriais, que não podem ser passados a outros por constituírem parte de um todo; sendo, em princípio, nomes inalienavelmente possuídos, que deveriam ocorrer com o possuidor imediatamente antes do núcleo. Ao menos esta é a interpretação neste trabalho:

- (58) i- Ø- krã
 1- Rel- cabeça
 Minha cabeça

Assim, para uma construção com “lei” esperava-se que a formação de:

- (59) * i- Ø- lei
 1- Rel- lei
 Minha lei

Tal formação se assemelha a outras construções na língua, nas quais nomes inalienavelmente possuídos ocorrem com a locução genitiva formada pelo prefixo {3-} anexado ao nome de posse genérica {õ}:

- (60) i- j- õ tje
 1- Rel- Pos mãe
 Minha mãe.

- (61) i- j- õ tju
 1- Rel- Pos pai
 Meu pai.

4.3 Restrição de Equivalência

Funcionando simultaneamente à primeira restrição, a Restrição de Equivalência prevê que a alternância ocorre quando as línguas compartilham as mesmas categorias gramaticais e a mesma ordem de constituintes, pois

“os códigos tendem a ser alternados em pontos onde a justaposição dos elementos (...) não viola regras sintáticas de nenhuma das línguas, isto é, em pontos onde as estruturas de superfície das línguas se mapeiam uma na outra”.
 (Poplack, 1981, p. 175)

Entre português e inglês, por exemplo, são distintas as regras de colocação dos adjetivos. Em inglês, esta classe precede os substantivos, ao passo que, em português, normalmente ela é posta após o nome modificado – à exceção de casos como “grande”, “bom”, “jovem”, etc., que podem preceder os substantivos causando modificações semânticas –, de modo que uma alternância envolvendo substantivo e adjetivo entre português e inglês, segundo esta restrição, não seria gramatical para o bilíngue.

Poplack representa a área na qual as estruturas de superfície das línguas são equivalentes de acordo com a figura abaixo:

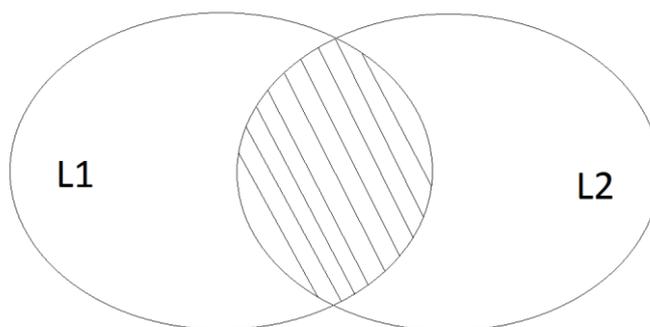


Figura 3: Representação da gramática da alternância de código

As áreas externas, onde não há equivalência das gramáticas, tendem a ser reservadas a segmentos monolíngues do discurso.

Por exemplo, orações transitivas simples são, segundo Ferreira (2003, p. 163), constituídas “por um predicado simples, cujo núcleo é um verbo transitivo, o qual apresenta dois argumentos, a saber, o sujeito (A) e o objeto (O)”. Em parkatêjê este tipo de oração se apresenta com a seguinte estrutura:

A – O – V

Já a estrutura prototípica do português é:

A – V – O

As gramáticas das duas línguas não coincidem, portanto, quanto ao predicado, não sendo possível uma alternância entre parkatêjê e português neste constituinte.

De um modo geral, as ocorrências de alternância encontradas nas narrativas parkatêjê sustentam os modelos de restrição propostos por Poplack (1981) como mostram as próximas subseções que ilustram as alternâncias na língua.

4.4 Segmentos alternados em parkatêjê

Para exemplificar as restrições propostas em seu estudo, Poplack (1981) listou os principais tipos de alternância encontrados em seus dados: a) sentença completa (*full sentence*); b) sentença conjugada (*conjoined sentence*); c) interjeição (*interjection*); d) entre sintagma nominal principal e sintagma verbal; e) entre sintagma verbal e sintagma nominal objeto; f) entre sintagma verbal e sintagma preposicional; g) entre verbo e advérbio; h) entre nome e adjetivo; i) entre determinante e nome; j) entre auxiliar e verbo.

A tabela abaixo aponta o número de ocorrências das principais alternâncias nas fronteiras dos constituintes e dentro deles:

Segmento alternado	Nº de Ocorrências
Na fronteira de constituintes	
Sentença completa	12
Sentença combinadas	9
Repetição	4
Dentro do constituinte	
Tags	5
Nome	20
Verbo	10
Advérbio e palavras denotativas	8
Conjunção	14
Total = 82	

Tabela 1: Número de ocorrências de alternância de código nos constituintes

Baseando-se na lista apresentada por Poplack (1981, p. 176), listam-se abaixo as principais ocorrências encontradas nas narrativas parkatêjê.

4.4.1 Alternância em fronteiras de constituintes

a) Sentença completa

Os textos selecionados foram narrados na língua parkatêjê. Encontram-se neles, no entanto, sentenças proferidas em português, nos quais não apenas um item como nome ou verbo é alternado, mas o período todo:

(62) Agora kupê chama 15. Nós chama... Nós era 15, nós aparecemos aqui, né?

(63) Kupê fala respeita. Wa pa aika mũ amji ma anẽ iarkwa

(64) Eu não achava ruim não.

- (65) Eu não pedi não.
- (66) Não tem pena não. Nem criança, nem velho. Não tem pena, mata todo mundo. Porque quando é briga, é briga.
- (67) Eu quero só viver mesmo. Aite apu anëre kôt tai mã kêka pê (Se eu morro, acaba)
- (68) Parece que eu tô sozinho... Wa tehe ta anë (Eu estou sozinho)
- (69) Kupê chama a língua grande, mas nós também.
- (70) kupējõlei (a lei do não-índio) o Deus é dele, porque ele que criou kupê ele que funcionou. Kupê chama funciona. Ele que começou, pegou kupê, criou, fez. Mas nós também; Jê que fez, criou nós.
- (71) Nós quer acompanhar... Nós quer acompanhar nossa lei...
- (72) Não... Não quero acompanhar assim...
- (73) “Quando ele morre”

b) Sentenças combinadas

Neste tipo de alternância, sentenças narradas nas duas línguas se ligam para constituir um período.

- (74) mũ to aipi kahur toipa *não tem valor*
- (75) Parkatêjê nã mũ hu hikitiŕe kanã apte he ane tanë, *mas eu quero fazer história*, itỳj mēkwỳ.

(76) Amji kapi karyri nã pia hõ pêpia apiri apu nawy: Jê, quero também, quero também fazer índio.

Dizem que ela continuou pedindo de novo: Jê, quero também... quero também... Fazer índio.

(77) Estuda inõre ele quer ser governo nã hã
Não estuda. Ele quer ser governo.

(78) Então como meu povo que andar duro mesmo, quer ser kupe, reza, nã ita
nã to, ___ kaka

c) **Repetição**

Segundo Romaine (1995, p. 143) uma das funções de um discurso com alternância é que a mesma coisa seja repetida, pois a alternância “às vezes reitera o que acabou de ser dito”. Os dados selecionados apontam três ocorrências em que a mesma idéia é proferida nas duas línguas dominadas pelo falante:

(79) Kupẽ chama quatro, né? Nós chama to aikrut.

O não-índio chama quatro, né? Nós chamamos “to aikrut”.

(80) Kupẽ chama respeita, né? Itan mẽ jarkwa mã aitehe...

O não-índio chama respeito, né? Isso na nossa língua é “mã aitehe”.

(81) Parece que eu tô sozinho. Wa tehe ta anẽ.

Parece que eu estou sozinho. Eu estou sozinho.

(82) Nós não tem domingo, não tem sábado. Nós não tem domingo. Amrere.

Nós não temos domingo, não temos sábado. Nós não temos domingo. Não tem.

Cabe ressaltar que estas narrativas foram coletas por indivíduos monolíngues em português. Não se pode excluir, portanto, a possibilidade de a presença dos pesquisadores ser um fator que influencia diretamente a alternância de código. Nos casos de (79) e (80) acima, o falante informa nas duas línguas a palavra que expressa a

ideia “três mais um”, que é *aikrut*. Não obstante, a contração “né” é marcador conversacional que pode indicar pedido de confirmação ou concordância com aquilo que foi dito. Provavelmente, se o falante não estivesse diante de interlocutores falantes de língua portuguesa não haveria necessidade de enunciar a frase em português, ainda que essa tivesse sido dita a falantes bilíngues. Nesse caso, então, há mais chance de o falante ter sido influenciado pelo contexto e seus interlocutores do que pela necessidade de repetir a ideia. A presença de monolíngues é um dos fatores que, segundo Grosjean (1982), influenciam a escolha da língua a ser utilizada pelo falante no momento da enunciação.

4.4.2 Alternância dentro dos constituintes

a) Nomes

Uma distinção usualmente feita quando se trata de classes de palavras é a que envolve nomes e verbos. Segundo Payne (1997), são estas as duas grandes classes que uma língua apresenta no mínimo; e apesar de haver aproximações entre as características típicas de uma ou de outra, dificultando o estabelecimento de fronteiras, é possível identificar noções prototípicas para cada uma. Os nomes, em geral, incluem palavras que expressam conceitos temporalmente estáveis, ao passo que os verbos correspondem semanticamente a ações, eventos e processos, nos quais a noção de temporalidade varia.

Na categoria de alternância intra-sentencial, Poplack (1981) aponta que esta classe temporalmente estável apresenta a maior proporção de alternância. Segundo Romaine (1995, p. 125) uma das razões para a alta frequência de ocorrência deste tipo de troca é o fato de esta classe ser “relativamente livre de restrições sintáticas”.

Ferreira (2003, p. 47) aponta algumas características sintáticas que definem a classe de nomes na língua parkatêjê, dentre as quais estão: a) a posição de núcleo de uma locução nominal, ocorrendo como sujeito e objeto de verbos e posposições; b) a possibilidade de ocorrer como predicado de orações não-verbais; e c) a possibilidade de serem modificados por descritivos, quantificadores, demonstrativos e outros nomes.

Em português o nome substantivo funciona como núcleo do sintagma nominal, acompanhado por determinantes e modificadores. As duas línguas, portanto, permitem troca nesta classe sem violação de suas estruturas sintáticas:

- (83) Mëntia *cinco* mpy *dez* tō mō wa pê matwỳre aika amē anē
Mulher [eram] cinco, homem [eram] dez, poucas pessoas. Então ficamos
acampados aqui mesmo.

Mëntia cinco , mpy dez

Mulher cinco , homem dez

Os outros dados em que ocorre alternância de nomes seguem a mesma estrutura sintática, em pontos nos quais a justaposição das línguas sem prejuízos sintáticos é possível:

- (84) Mpo ita to dinheiro nã to mã apa pê
Trabalhei para ganhar dinheiro.
- (85) Rỳ hỳ hōpũ mã mpo ita to dinheiro nã
Eu estava ganhando muito dinheiro.
- (86) Mari ito *escola* nã ita *estudar* itan
- (87) *Até como* kupẽ to *livro*
Até como o não-índio, fazer livro.
- (88) *Feriado* ita ton kãmã amji pê kaka
Não quero respeitar o feriado [porque não tinha para os índios].
- (89) *Semana santa* mẽ ipê jamrêre.
Semana santa nós não tínhamos.
- (90) Anẽnã kupẽ *proibido* ita kupẽ to
O não-índio chama proibido.
- (91) Amtỳ nã mẽ ikỳre *governo chefe* nã
Como faz o governo, prepara o chefe.

(92) Kãmã apte anẽ tanẽ hikitire aite mã *caboco* nãre tũm nã

Eu não sei escrever porque eu sou caboclo [índio].

(93) Tamri kitare mejõ *capitão* nã inxu nã

Deus é Jê, nosso capitão, nosso pai.

Os segmentos em (91) e (93) trazem uma alternância com características de empréstimo, pois nota-se na comunidade uma tendência a utilizar os termos “capitão” e “chefe” para fazer referência à sua liderança, o Capitão Krôhôkrenhũm. No capítulo anterior, a frequência de uso de pares homônimos, que leva palavras usadas com menos frequência à substituição, foi apontada como uma das razões para que línguas emprestem termos umas das outras. Visto que a adaptação fonológica e morfológica é o critério que diferencia as duas categorias, alternância e empréstimo, “capitão” e “chefe” são aqui tratados como troca de língua, não como integração dos termos na L1.

Outro tipo de alternância na classe de nomes se apresenta na estrutura tópico/comentário:

(94) É... A dança kupẽ tekiê

É... A dança, coisa do não-índio.

(95) A bola kupẽ tekiê

A bola, coisa do não-índio.

(96) Escola kupẽ tekiê

A escola, coisa do não-índio.

Em (94) aparece um termo em português para o qual há correspondente em parkatêjê. Entretanto, a “dança” a que o falante se refere não é aquela de sua tradição, mas sim a que foi introduzida por não-índios, um elemento que passou a fazer parte da cultura a partir do contato. (95) e (96) são mais dois segmentos com termos característicos de empréstimos, palavras integradas à língua; porém, apenas semanticamente, para designar novos objetos, novas noções, sem acomodar-se à fonologia ou morfologia da língua. Uma evidência para que “bola”, principalmente, seja

considerada aqui como alternância é a ocorrência do artigo “a”, do mesmo modo que em “a dança”, seguindo regra de composição do sintagma em português, em que o determinante indica o gênero e o número do substantivo.

Anteriormente, ao tratar da integração fonológica de termos, a palavra “lei” foi definida como empréstimo, uma vez que ocorre com um morfema fixo que designa posse na língua parkatêjê. Encontrou-se, no entanto, a seguinte ocorrência com este termo:

- (97) A lei nã ita anenã airãn toipa wapte akre kêt
A lei, cada governo faz uma; então, vai mudando.

A estrutura de (97) segue é a mesma aplicada em (94) e (95), segmentos nos quais o tópico é apresentado em uma língua e comentado em outra, com os sintagmas nominais compostos segundo a estrutura da língua portuguesa, ou seja, substantivo acompanhado de artigo.

Como visto no segundo capítulo, é difícil definir em que momento um item lexical recebe o *status* de empréstimo numa língua, não sendo clara a distinção entre uma simples alternância e uma incorporação. É nesse contexto de transição, de mudança diacrônica entre alternância e empréstimo que “lei” se encontra: ao mesmo tempo em que mantém traços do português, como a lateral /l/ e a formação com o artigo, ocorre com morfemas presos da língua.

Há nas narrativas também ocorrências de alternância de nomes da L1 inseridos em sentenças da L2:

- (98) Se é *prekêtere* bom, nã mũ me amjihapêti
- (99) Se é *tĩr* mas *tĩr* mas chama *wawy iwawy*
Se é vivo mas... Vivo mas... [Nós] chamamos *wawy, iwawy*.
- (100) Reza não é minha, não é *itekjê*.
Reza não é minha, não é coisa minha.
- (101) Mas *mpo nã* que ele usa eu não quero
Mas coisa que ele usa eu não quero.

- (102) Ó... *mẽ mpaxwỳ* que nós respeitava tudinho....
Ó... Nossa sogra que nós todos respeitávamos.

Nestes segmentos, o falante opta pela L2 como língua de base, inserindo termos de sua L1.

Esta subseção tratou de alternâncias envolvendo termos temporalmente estáveis, que não indicam ações, os quais se diferenciam semântica e sintaticamente dos termos tratados na próxima subseção, os verbos.

b) Verbos

Ferreira (2003, p. 85) define a classe de verbos em parkatêjê a partir de dois critérios: a) critério semântico – classe de palavras associada a processos, eventos, ações, desejos que estão ligados à noção de temporalidade; b) critério morfossintático – os verbos exercem caracteristicamente a função de predicado e estão ligados às categorias gramaticais de tempo, aspecto, modo, voz e polaridade, que podem ser expressas morfológica ou sintaticamente.

Em português, os verbos também constituem os predicados das orações e se subdividem, semanticamente, segundo Neves (2000), em verbos dinâmicos (ações ou atividades), de processos (o que acontece) e não-dinâmicos (estado):

“[Os verbos dinâmicos] são acompanhados por um participante agente ou causativo, podendo haver, ou não, outro participante (afetado ou não), isto é, podendo haver, ou não, um processo envolvido.

[...]

Os verbos [de processo] envolvem uma relação entre um nome e um estado, e o nome é paciente do verbo (afetado).

[...]

Os verbos não-dinâmicos são acompanhados por um sintagma nominal (sujeito) que é suporte do estado” (NEVES, 2000, p. 26)

Quanto ao número de argumentos⁶ que esta classe admite, tanto em parkatêjê quanto em português, tais elementos podem ser transitivos, de argumentos nucleares A (sujeito) e O (objeto) ou intransitivos, cujo papel nuclear corresponde a S.

6 A nomenclatura deste trabalho segue a premissa de Dixon (1994, p. 6), segundo a qual “todas as línguas operam em termos de três relações primitivas: S – sujeito intransitivo; A – sujeito transitivo; e O – objeto transitivo”.

As duas línguas compartilham, portanto, características semânticas, como a associação a ações, e sintáticas, dentre elas a função de predicado, que permitem a alternância de uma para outra nesta classe de palavras.

Nas narrativas selecionadas foram encontradas as seguintes ocorrências:

i. Verbos transitivos

Como já mencionado, em parkatêjê todos os verbos transitivos são verbos semanticamente ativos, cujos argumentos são A e O e ordem que segue o padrão AOV.

Nos dados coletados, todos os casos nos quais foram encontradas ocorrências com verbos transitivos e argumento O expresso na sentença seguem a estrutura prototípica do português:

A – V – O

(103) Mpa aiku mẽ *respeitar* só mẽ ikra
 2PI PR pl filho
 Nós respeitávamos só os nossos filhos.

(104) Mũ aiku mẽ *respeitar* amji ma anẽ na aiku mẽ
 Nós nos respeitávamos, uns aos outros.

(105) Ite mã wa aite he to hõlei ita jamã *respeita* amji mãne wa pan to amji
 manẽ

(106) Muito... Aipẽn *respeita* inõre.
 Muitos... Muitos não respeitam [as tradições].

(107) Me arkwa atuixà mã ren toipa anenã *inkrere* nã toipa nã pa aprender
 Eles cantavam na nossa língua até o final. Eu me lembro para aprender.

Segundo mencionado anteriormente, parkatêjê e português não compartilham a mesma ordem de constituintes em seus predicados. As ocorrências em (68), (69) e (70)

não obedecem a Restrição de Equivalência de Poplack (1981), pois a alternância ocorre, nos três casos, em pontos onde as gramáticas das duas línguas não coincidem.

Este tipo de enunciado que envolve sistemas linguísticos diferentes quanto à ordem de constituintes foi objeto de estudo de Mahootian (1993; Mahootian e Santorini, 1995, apud BATHIA E RITCHIE, 2006, p. 289) que focaram na relação entre os constituintes na estrutura da frase, argumentando que “a língua de um núcleo determina a posição dos complementos na estrutura da frase na alternância de código da mesma forma que em contextos monolíngues”. A autora observou em seu corpus que em uma alternância envolvendo o verbo de uma língua SVO e o objeto de uma língua SOV, a língua do verbo determina a posição do objeto. Isso explica porque todos os casos envolvendo verbos de português não seguem a ordem prototípica do parkatêjê, mas sim aquela encontrada na língua do verbo.

ii. Verbos intransitivos

Segundo Ferreira (2003, p. 87) em parkatêjê, semanticamente, os verbos intransitivos podem ser ativos (verbos de ação), ou descritivos (verbos não-ativos e estativos).

Nos dados foram encontradas três alternâncias relacionadas a verbos intransitivos ativos, que designam ação tanto em português quanto em parkatêjê e cujo sujeito manifesta controle, característica de verbos ativos:

(108) Estuda inõre. Ele quer ser governo nã hã.
Estudar não. Ele quer ser governo/liderança.

(109) Estudar ka mũ mpa krare estudar kairiri are
Estudar, nossos filhos vão estudar direto.

(110) Mu mẽ estudar kairiri are
[eles] Têm que estudar direto.

Os trechos apontam que as alternâncias nesta classe de verbos ocorrem com um termo para o qual o parkatêjê não apresenta correspondente, uma vez que se relaciona a um novo conceito nessa cultura. Seguindo a definição de Grosjean (1982, p 308), referida no capítulo anterior, para a distinção entre alternância e empréstimo, tratou-se

aqui “escola” como alternância já que é uma mudança completa para o português, sem adaptação fonológica e morfológica da palavra.

Os segmentos abaixo trazem predicados formados por um verbo de ligação expresso e um predicativo:

(111) Parece ijapak jamrere

Parece [que] não tem orelha. Parece [que é] surdo.

(112) Kÿikatêjê era kupêkatê

Kÿikatêjê era matador de não-índio.

Segundo Schachter (1985, p.10), além da subclassificação dos verbos em transitivos ou intransitivos e ativos ou estativos, há línguas que apresentam uma subclasse de verbos copulativos, como o verbo *to be* (ser/estar) do inglês, que ocorrem com predicados nominais ou adjetivos. Em outras línguas, porém, não há cópula propriamente dita ou esta não é um verbo. Parkatêjê é um exemplo de língua sem cópula, o predicativo se liga diretamente ao sujeito, ou seja, “a função do verbo *ser* parece ser um desenvolvimento secundário” (Lyons, 1979, p. 338).

Para expressar, então, em parkatêjê o correspondente a “Kÿikatêjê era matador de não-índio”, em português, a sentença esperada é:

(113)

* Kÿikatêjê	kupêkatê
Kÿikatêjê	kupê - katê
Kÿikatêjê	não-índio - matador
Kÿikatêjê	ser.matador.de.não-índio

Assim, uma alternância com o verbo *ser*, como em (113), coloca como língua de base o português, cujas regras são seguidas, ou seja, Suj + Verbo de ligação + Predicativo. Novamente, o falante escolhe a L2 como língua de base e alterna com elementos da L1. Do ponto de vista pragmático, a necessidade de expressar ação passada pode ter motivado a escolha pelos padrões do português.

A seguir, apresentam-se os exemplos de alternância envolvendo advérbios.

c) Advérbios

Na língua parkatêjê, segundo Ferreira (2003, p. 144), a classe de advérbios se constitui de palavras que designam lugar e tempo, compostas por um dêitico marcado por uma posposição. Os locativos estão “em sua maioria, relacionados aos demonstrativos, bem como nomes relacionados a partes do corpo”; destes últimos se tem uma extensão para a indicação de lugar. :

itar	aqui
kapẽn	perto
amnẽ	para.cá
kri	lá
awri	longe
kəy	alto

Os temporais se relacionam a tempo como “partes de um dia e (...) períodos mais curtos ou mais longos de tempo”:

nõ kãm	ontem
apẽ nã	amanhã
ita kãm	hoje
aikati	dia
aikapɜt	noite
kokrɜn	cedo
mama	antes

Nas narrativas parkatêjê foram encontrados dois advérbios que não se relacionam às subclasses de locativos e temporais existentes na língua. São palavras que iniciam as sentenças expressando noção de tempo e negação em português, para os quais as ideias são concluídas em parkatêjê:

(114) Agora mã ri ita to

(115) Não é... mẽ kôt toj *não* mẽ kôt to wa nare kãmã te ijõkre

Em português há uma série de palavras que se assemelham aos advérbios, porém sem classificação específica na Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), sendo chamadas simplesmente de palavras denotativas. Uma palavra deste grupo foi frequência nas narrativas para denotar exclusão:

(116) Itan nari *só* amji mã mpei nõre

(117) Wa kare mẽ kaxuwa *só* mẽ (wa krare) kôto taihô ita nã to hàpe kôt me to

(118) Mpa aiku mẽ respeitar *só* mẽ ikra

(119) Wa pê ry mẽ pêre *só* anĩ wa pê mẽ dez nẽ pê

(120) Ite kaxuwa pê nãre aiku mẽkarõ tompei *só* mẽ itêkiê

Na próxima seção será apresentado o último tipo de alternância encontrado dentro dos constituintes.

d) Conjunção

Matthews (1997, p. 68) define conjunção como a palavra que une duas unidades sintáticas. As conjunções se subdividem em dois tipos: conjunções de coordenação, cujas principais são *e, mas, ou, nem, pois, ora*; e de subordinação, que exprimem relações diversas como *causa, consequência, fim, condição, concessão, tempo, comparação e modo*.

Em parkatêjê há, segundo Ferreira (2003, p. 146) um número pequeno de elemento desta classe. A língua, no entanto, não conta com um estudo de aspectos sintáticos em orações dependentes, levando a autora a listar quatro elementos neste grupo: **me**, elemento conector de duas locuções; **mã** e **nã**, que designam sujeitos diferentes e idênticos, respectivamente, e coordenam orações; e **nem**, que exprime causa, segundo ela.

Nas narrativas analisadas foram encontradas ocorrências com conjunções coordenativas e subordinativas da língua portuguesa:

i. **Adversativas**

As conjunções coordenadas adversativas em português têm a função de estabelecer uma relação de contraste entre os sentidos dos termos ou orações envolvidas na operação. A mais frequente conjunção do português para expressar adversidade, *mas*, ocorre nas narrativas selecionadas com a mesma função e posição da língua portuguesa, porém introduzindo orações de parkatêjê:

(121) Anenã kupê proibido ita kupê to. Mas mẽ arkwa nã amrĩare.

O não-índio chama proibido. Mas na nossa língua não.

(122) Wa kãmpar kêtêre kormã apte ikakôk jakotore ikakôk jakotore, *mas* jarkwa nã mu tapa kormã tapa wa mũ tojapak taiti kormã.

Eu entendo muito pouco o português, meu domínio dessa língua é curto, mas a minha língua eu não esqueço, eu ainda lembro bem, muito bem.

(123) Mamkatêjê karõn tori *Deus* anã karõn to mpej te *mas não* karõ rỳ jamrêre.

Os antigos acreditavam em Deus como se ele fosse um espírito, mas não...

(124) Aitakãm ry hõpun mã lei kakrô a lei nã to *mas kakrô a lei* tairã to ipa.

(125) *Ikakôk jakôtore ikakôk jakôtore mas jarkwa nã mu tapa kormã tapa amu tojapak tajti kormã.*

Eu falo pouco [o português], mas a minha língua eu não esqueço, eu ainda lembro bem, muito bem.

Os dados mostram que há significativa ocorrência da conjunção adversativa *mas*. Este trabalho dedica-se a descrever os segmentos que são alternados e em que pontos da estrutura sintática isso ocorre. Havendo necessidade, portanto, de que estudos posteriores explorem as motivações para o uso dessa conjunção com tanta frequência, assim como de outros elementos especificamente.

ii. Explicativas

Em português, as conjunções coordenativas explicativas unem duas orações, das quais a segunda explica o conteúdo da primeira:

(126) *Porque kupẽ tekiê ri na aipu mã*

(127) *kôt(o) inũare porque kýmã apa anẽ kahàkàre*

(128) *Porque wa pê rý hà mũ ty*

iii. Temporais

As conjunções subordinativas temporais iniciam uma oração subordinada tornando-a índice da circunstância do tempo/período em que o fato da oração principal ocorre:

(129) *Quando ty mpa mẽ jarkwa quando taimã*

(130) *Quando governo akiêj nã ntuwa nã to*
Quando um governo sai, uma nova lei é feita.

(131) *Quando hapôj mã ntuwa akiêj nã ntuwa nã mu ntuwa tairã*

(132) Aite mẽ ipa só quando mũ mẽ aikunĩnã

(133) Rỳ mũ taimã quando rỳ tũm kê ka jũm aipẽn mã

Os exemplos descritos neste capítulo se voltaram aos aspectos morfossintáticos da alternância de código, apontando em que pontos do discurso, na fronteira de constituintes e dentro dos constituintes, o falante utiliza o português e o parkatêjê.

Segundo Thomason (2001), as línguas exercem influências umas sobre as outras não apenas na ordem das palavras ou dos morfemas. O contato provoca mudanças que também afetam o caráter tipológico da morfologia, da fonologia, do léxico e do discurso das línguas. Nas narrativas parkatêjê, pôde-se constatar mudanças de caráter morfológico, a inserção de palavras do português ao léxico da língua indígena e a alternância de código como recurso que sinaliza as intenções discursivas do falante. Estas e outras mudanças advindas do conato com o português merecem estudos específicos e aprofundados que deem conta de descrevê-las e explicá-las.

Considerações Finais

Este trabalho apresentou ocorrências de alternância de código entre português e parkatêjê em narrativas orais do povo parkatêjê sob o ponto de vista de duas abordagens que dão conta do fenômeno. Uma abordagem considerou as razões que podem levar o bilíngue a alternar os códigos; a outra se dedicou a descrever os padrões de ocorrência das duas línguas nas sentenças.

Inicialmente foram apresentadas informações sobre o povo e a língua parkatêjê, bem como um breve histórico do contato deste povo com o mundo não-indígena. Nesse capítulo também foram expostas as características estruturais da língua falada na comunidade pesquisada, além da metodologia seguida neste trabalho.

O segundo capítulo aborda os principais fenômenos decorrentes do contato entre línguas, especialmente aqueles que se ligam diretamente à alternância de código como o bilinguismo, o empréstimo e a morte de línguas.

O terceiro capítulo inicia as discussões sobre os dados coletados para esta pesquisa. Com base nas razões propostas por Grosjean (1982) discute-se que três podem ser apontadas como motivações para a alternância nas narrativas: (1) o preenchimento de uma lacuna lexical, (2) a continuação da última língua utilizada e (3) a qualificação da mensagem. Outros modelos como o de Gumperz (1982), Appel e Muysken (1987) e Myers-Scotton (1983) também são apresentados neste capítulo, porém sem que os dados coletados fossem aplicados a eles.

Finalmente, tratou-se da sistematicidade das trocas de códigos encontradas nas narrativas. Tomando por base o modelo de Poplack (1981), segundo o qual o *code-switching* está fundado em duas restrições: a “restrição de morfema livre”, prevendo que a alternância pode ocorrer após qualquer constituinte desde que não seja um morfema fixo; e a “restrição de equivalência”, que prevê a ocorrência em pontos onde elementos de ambas as línguas são equivalentes, para não haver violação de regras sintáticas das línguas envolvidas. Este modelo se propõe a ser de validade universal; e as ocorrências encontradas na fala parkatêjê apontam tanto para a universalidade da teoria, quanto do fenômeno.

As ocorrências de trocas de código foram quantificadas, levando à conclusão de que, assim como aponta Poplack (1981), os termos pertencentes à classe de nomes tendem a ser alternados com maior frequência. Nesta classe foram detectadas vinte

trocas para o português, ao passo que as outras classes como tags, verbos, advérbios e conjunção apresentaram, respectivamente, cinco, dez, oito e quatorze trocas.

Em linhas gerais, conclui-se com este trabalho que a alternância de código não só preenche uma necessidade linguística do falante quando este não lembra em uma das línguas o termo que deseja utilizar. O uso do fenômeno tem diversos propósitos e objetivos, socialmente construídos de acordo com o contexto, com os interlocutores, com o tema da interação e pode dar indícios da situação sociolinguística de dado sistema. A partir dos exemplos aqui apresentados, pôde-se também notar que a alternância entre códigos é mais que um fenômeno randômico envolvendo enunciados ora em uma língua ora em outra; é um mecanismo estruturado de seleção das línguas na construção do discurso.

Referências

ALVES, Flávia de C. *O timbira falado pelo Canela Apãniekrá: uma contribuição aos estudos da morfossintaxe de uma língua Jê*. Campinas-SP: Unicamp, 2004.

AMADO, Rosane de Sá; SOUZA, LÍlian de Carvalho de. Notas sobre a fonologia da língua timbira. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*. V. 4, n. 7, agosto de 2006.

ARAÚJO, Leopoldina Maria Souza de. *Semântica Gerativa da Língua Gavião-Jê*. Dissertação de mestrado inédita. Florianópolis: UFSC, 1977.

_____. *Aspectos da Língua Gavião-Jê*. Rio de Janeiro, 1989. Tese (doutorado)– Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras.

_____. Parkatêjê x Português: caminhos de resistência. *IX Congresso Internacional da “Brazilian Studies Association”* (www.brasa.org). New Orleans, Louisiana, Estados Unidos, 2008.

AUER, Peter. The Pragmatics of Code-switching: A Sequential Approach. In: Lesley Milroy and Pieter Muysken (eds.) *One Speaker, Two Languages: Crossdisciplinary Perspectives on Code-switching*, 115-135. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

BHATIA, Tej. K.; RITCHIE, W. (Eds.) *The handbook of bilingualism*. New York,

Blackwell, 2006.

CRISTÓFARO Silva, Thaís. Morte de língua ou mudança linguística? *Revista do Museu Antropológico*, Volumes 5-6, Número 1. Goiânia: UFG, 2002.

CRYSTAL, David. *A Dictionary of Linguistics and Phonetics*, 2006, p. 102.

_____. *Language Death*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

DIXON, R. M. W. *Ergativity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

FERREIRA, M. *Estudo morfossintático da língua Parkatêjê*. Tese de Doutorado

inédita. Campinas, 2003, UNICAMP.

_____. *Descrição de aspectos da variante étnica usada pelos parkatêjê*. DELTA 21(1): 1-21, 2005.

_____. *Descrição de narrativas orais do povo parkatêjê: aspectos do texto pyt me kaxêr*. Entretextos, Londrina, v.10, n.2, p.46-63, jul./dez.2010

GÓMEZ-RENDÓN, J. *Typological and social constraints on language contact Amerindian languages in contact with Spanish*. Utrecht: LOT, 2008.

GROSJEAN, F. *Life with Two Languages: An Introduction to Bilingualism*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1982, 370pp.

GUMPERZ, J. J. *Discourse Strategies*. Cambridge: Cambridge UP, 1982.

GUMPERZ, J. and HERNANDEZ-CHAVEZ, E.. Bilingualism, bidialectalism and classroom interaction. In: Cazden . E. et al. (eds.). *The Functions of Language in the Classroom*. New York: Teachers College Press, 1971.

HAMERS, J. F., & BLANC, M. H. A. *Bilinguality and Bilingualism*. 2nd edn. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2000.

HEYE, J. *Considerações sobre bilinguismo e bilinguidade: revisão de uma questão*. PaLavra. V. 11, p. 30-38, 2003.

KINCADE, Dale . The decline of native languages in Canada. In R.H. Robins & E.M. Uhlenbeck (eds.), *Endangered languages*, 1991, p. 157-176

KRAUSS, Michael. *The world's languages in crisis*. Language 68 (1).1-42, 1992.

KRÔHÔKRENHUM JÕPAIPAIRE, Toprãmre. *Mê ikwỳ tekjê ri: Isto pertence ao meu povo*. Marabá, PA: GKNORONHA, 2011.

LABOV, W. The Notion of 'system' in Creole Studies. In: *Pidginization and creolization of languages*, 1971, p. 447-72.

LANCE, D. M. Spanish-English Code Switching. In: E. Hernández-Chavez, et. al. (eds.) *El Lenguaje de los Chicanos: Regional and Social Characteristics Used by Mexican Americans*. Arlington, VA: Center for Applied Linguistics, 1975. p. 138-153

LYONS, John. *Introdução à Lingüística Teórica*. São Paulo: Ed. Nacional: Ed. da

Universidade de São Paulo, 1979.

MATTHEWS, P. H. *Oxford Concise Dictionary of Linguistics*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

MACSWAN, Jeff. *A Minimalist Approach to Intrasentential Codeswitching*, Garland, New York, 1997.

MARGOLIN, David R. Levels of Context, Islands of Use. *International Journal of the Sociology of Language*. n. 163, pp. 123-136, 2003.

MCMAHON, April. *Understanding language change*, Cambridge University Press, 1994.

MUYSKEN, P.. Code-switching and grammatical theory. In L. Milroy and P. Muysken (eds.) *One speaker, two languages*. Cambridge: Cambridge University Press. 1995, pp. 177-197

MYERS-SCOTTON, C. Comparing codeswitching and borrowing. *Journal of Multilingual and Multicultural Development*, 1992, p. 19-39.

OLIVEIRA, Renata Sobrino Porto de. *Code-switching: perspectivas multidisciplinares*. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2006.

PAYNE, Thomas E. *Describing Morphosyntax: a guide for field linguists*, 1997.

POPLACK, Shana. “Sometimes I’ll start a sentence in Spanish y termino en español”: toward a typology of code-switching. 1980. *Linguistics* 18, 7/8. 581-618.

POPLACK, Shana. Syntactic structure and social function of code-switching. In: *Latino Language and Communicative Behavior*, ed. by Duran, R.. New Jersey: Ablex Publishing Corp., 1981, 169-184

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. *Línguas Brasileiras: Para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Edições Loyola.

Romaine, S. *Bilingualism* (2nd ed.). Malden: Blackwell. 1995

SCHACHTER, Paul. Parts-of-speech systems. In: SHOPEN, T. (ed.). *Language typology and syntactic description*. Vol. 1. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p.3-61.

THOMASON, S. G. *Language contact: An introduction*. Washington, DC: Georgetown University Press, 2001.

THOMASON, S.G. Contact-induced typological change. In Martin Haspelmath, Ekkehard Koenig, Wulf Oesterreicher, and Wolfgang Raible, eds., *Language typology and language universals, Sprachtypologie und sprachliche Universalien: An international handbook* (Berlin & New York: Walter de Gruyter), 1640-1648, 2001

THOMASON, S; KAUFMAN, T. *Language Contact, Creolization, and Genetic Linguistics*. University of California Press: Berkeley, 1988.

WARDHAUGH, R. *An introduction to sociolinguistics*. Malden, MA: Blackwell, 2006.

WEINREICH, U., LABOV, W., and HERZOG, M. I. Empirical foundations for a theory of language change. In: *Directions for Historical Linguistics*, a Symposium, W. P. Lehmann and Y. Malkiel, Eds. University of Texas Press, Austin, 1968.

WURM, Stephen. Methods of language maintenance and revival, with selected cases of language endangerment in the world. In: K. Matsumara (ed.) *Studies in endangered languages*, 1998, p. 191-211.

